



Mais força ao PCP!

Alternativa
patriótica
e de esquerda.

AORL
IX
PCP

Resolução política

Assembleia da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

16 de Fevereiro 2019 – Fórum Lisboa

página **ÍNDICE**

4	1. Contexto político em que se realiza a IX Assembleia da ORL
6	2. Reforço do PCP – uma tarefa inadiável
6	2.1 A acção do Partido na Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP
7	2.2 Organização
8	2.3 Direcção
9	2.4 Quadros
9	2.5 A ligação do Partido às massas
10	2.6 As células de empresa
12	2.7 Organizações de base local
12	2.8 O recrutamento, a integração dos militantes, a militância e a formação ideológica
13	2.9 Independência financeira e património
15	2.10 Propaganda
15	2.11 A Imprensa do Partido
16	2.12 Festa do “Avante!”
17	2.13 Trabalho político unitário
18	3. Trabalho do Partido com camadas e sectores sociais específicos
18	3.1 Quadros Técnicos e Intelectuais
20	3.2 Juventude
20	3.3 Reformados
21	3.4 Micro, Pequenos e Médios Empresários (MPME)
22	3.5 Pequenos e Médios Agricultores
22	3.6 Mulheres
23	3.7 Pessoas com deficiência
25	4. A intervenção e luta no Distrito de Lisboa
25	4.1 A luta dos trabalhadores
27	4.2 A luta das populações
29	5. Organizações de Massas
29	5.1 Movimento Sindical Unitário / USL
30	5.2 Movimento das Comissões de Trabalhadores
30	5.3 Movimento Associativo Popular
31	5.4 Os Bombeiros Voluntários
32	5.5 Outras estruturas e movimentos
32	5.5.1 Movimento pela Paz e Solidariedade Internacionalista
32	5.5.2 URAP
32	5.5.3 IPSS
32	5.5.4 Imigrantes
33	5.5.5 Associações de Pais
33	5.5.6 Movimento “Erradicar a Pobreza”
33	5.5.7 Movimento Cooperativo
33	5.5.8 Defesa do Meio Ambiente
34	6. A acção institucional e as próximas batalhas eleitorais
34	6.1 A acção institucional nas autarquias locais
35	6.2 A acção institucional na Assembleia da República e no Parlamento Europeu
36	6.3 Próximas batalhas eleitorais

1 Contexto político em que se realiza a IX Assembleia da ORL

1.1 O capitalismo, em profunda crise estrutural e no contexto de um processo de reestruturação de forças que se desenvolve à escala mundial, confirma a sua natureza exploradora, opressora, agressiva e predadora, intensifica a exploração, acentua as desigualdades e as injustiças sociais e pela acção da tríade imperialista – EUA, União Europeia e Japão – continua o saque aos recursos de outros países.

A situação internacional permanece caracterizada por uma grande instabilidade e incerteza, em que sérias ameaças para os trabalhadores e os povos coexistem com potencialidades para o desenvolvimento da resistência e da luta, que na situação actual se traduz numa combativa acção na defesa dos seus direitos, emancipação e soberania.

1.2 O directório da União Europeia insiste no aprofundamento do processo de integração capitalista europeu, mexendo perigosamente em aspectos fundamentais da essência de cada Estado e ignorando que as suas relações devem ser de cooperação, de amizade, em que cada um exerça a sua soberania. Alicerça a sua teoria federalista no mito da solidariedade, realidade que, como a vida demonstra, dada a natureza da União Europeia, não existe e nunca vai existir.

Os recentes desenvolvimentos na União Europeia (UE), nomeadamente o crescimento das forças de extrema-direita e o seu acesso ao governo em vários países, confirmam a natureza e a tendência de evolução deste processo de integração capitalista.

Estes desenvolvimentos colocam, ainda com maior premência, a necessidade de uma alternativa para Portugal, que liberte o país da submissão ao euro e às imposições da UE e assegure a soberania nacional

1.3 A situação política nacional continua influenciada por três aspectos essenciais:

1.3.1 A nova relação de forças na Assembleia da República, resultante das eleições legislativas de 2015, que tornou possível afastar o PSD/CDS do governo que, em completa consonância com a troika e as imposições ao país por parte da UE, levou à prática uma política a favor dos interesses de classe do grande capital nacional e internacional com violentas consequências sociais

para o povo português e, em particular, para a vida dos trabalhadores e dos reformados e pensionistas.

A acção e iniciativa política do PCP e a luta dos trabalhadores e das populações contra essa política foram determinantes para a derrota do PSD e do CDS e o seu afastamento do governo. Nesta nova fase da vida política nacional, com a luta dos trabalhadores e a força e acção do PCP, foi possível pôr fim à retirada de direitos que tinham sido roubados pelo governo PSD/CDS e pela troika e foi possível a reposição e conquista de outros. Mesmo limitados, estes direitos no seu conjunto melhoraram a vida ao povo português e devem, por isso, ser valorizados. Na sua grande maioria resultam de iniciativas do PCP, mesmo contra o programa e a vontade do PS. Tivesse o PCP mais força e muito mais se teria conseguido. Esta realidade confirma o papel central que o Partido tem desempenhado em todos os avanços conseguidos e torna ainda mais evidente a questão fundamental que se coloca para o futuro: a par da luta de massas, o reforço do PCP e da sua influência política, social e eleitoral.

1.3.2 Esta nova fase da vida política nacional tem vindo a tornar ainda mais claro que o PS, por sua opção, quer continuar amarrado aos interesses de classe do grande capital, à submissão ao euro e às imposições da União Europeia e não quer romper com a política de direita. Sempre que estiveram em discussão questões estruturantes em que, de um lado, havia que defender o futuro soberano do País e os interesses dos trabalhadores e, do outro lado, estavam em causa os interesses do grande capital, o PS não hesitou em manter a sua posição ao serviço deste e em continuar a política de direita. Entre muitos outros, são bons exemplos dessa política, a rejeição das propostas do PCP de revogação das normas gravosas da legislação laboral, de uma nova e mais justa política fiscal, de preparação do País para se libertar da submissão ao euro, ou do controlo público das principais empresas estratégicas nacionais. Em todas elas os deputados do PS juntaram os seus votos aos do PSD e CDS para, em conjunto, votando contra as propostas, garantirem a continuação da política de direita ao serviço do grande capital.

1.3.3 Está nas mãos e na vontade dos trabalhadores e do povo, dos democratas e patriotas, com a sua intervenção e a sua luta, com o seu apoio ao PCP, a possibilidade de construir a política alternativa, patriótica e de esquerda e um governo que a concretize. Uma política que rompa com a exploração, o empobrecimento, o declínio e a dependência, que promova a renegociação da dívida pública, que liberte o País da submissão ao euro, que recupere para o País o que é do País, os seus recursos, os seus sectores estratégicos, que ponha Portugal a produzir, com mais agricultura, mais pescas, mais indústria, que crie mais riqueza e a distribua de forma mais justa, que crie centenas de milhares de postos de trabalho, reduzindo assim a pobreza e aumentando as receitas para a segurança social, que valorize o trabalho e os trabalhadores, os seus salários e os seus direitos, que assegure o direito à saúde, à educação, à cultura, à habitação, à protecção social, aos transportes. É este o caminho de que Portugal precisa e cuja compreensão precisa de ser amplamente alargada entre os trabalhadores e o povo. É por esta política, pela democracia avançada com os valores de Abril no futuro de Portugal, que o PCP luta e lutará.

1.4 É este o contexto em que se realiza a IX Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP e que lhe coloca a necessidade de definir linhas de trabalho que se integrem na acção política em torno dos problemas e aspirações específicas dos trabalhadores e do povo do distrito e a luta pela concretização dos objectivos gerais do Partido. Luta que precisa de mais força organizada, só possível com um PCP mais forte, nomeadamente nas empresas e locais de trabalho. O reforço orgânico do Partido, tarefa permanente, adquire nesta situação uma importância redobrada e coloca a necessidade de concretizar a Resolução aprovada pelo Comité Central em Janeiro de 2018, sobre o reforço do Partido: “Por um PCP mais forte e mais influente”.

2 Reforço do PCP – uma tarefa inadiável

2.1 A acção do Partido na Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP

2.1.1 No período decorrido entre a realização da sua VIII Assembleia (18/4/2015) e IX Assembleia, a ORL deu a sua contribuição na luta mais geral do Partido, dos trabalhadores e das populações do Distrito de Lisboa.

2.1.2 Divulgámos e valorizámos a reposição e conquista de direitos conseguida pela luta dos trabalhadores e a força do PCP, e salientámos que mais direitos e mais salários significam melhores condições de vida, mas também desenvolvimento económico e mais emprego. Insistimos na denúncia do PSD e CDS e das operações para o seu branqueamento e da opção do PS pela política de direita ao serviço do grande capital e de submissão ao euro e às imposições da União Europeia. Participámos insistentemente na divulgação das propostas, consubstanciadas na política patriótica e de esquerda, que o Partido coloca ao povo português.

2.1.3 Avançámos na dinamização da acção reivindicativa a partir dos locais de trabalho e na luta pela resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, no desenvolvimento da sua luta, nomeadamente nas muitas iniciativas e acções de rua, das quais há que destacar as grandes manifestações convocadas pelo Movimento Sindical Unitário/ CGTP-IN e realizadas em Lisboa, como foram o caso das realizadas nos dias 9 de Junho e 15 de Novembro de 2018. Organizámos e participámos activamente nas várias comemorações populares do 25 de Abril.

2.1.4 Conforme decisão da VIII Assembleia mantivemos um nível elevado de intervenção nas empresas e locais de trabalho, nomeadamente alargando o número de empresas nas quais nos dirigimos aos trabalhadores com propaganda específica abordando os seus problemas.

2.1.5 Contribuímos de forma decisiva e com iniciativa própria para o alargamento verificado na luta das populações, em especial na luta desenvolvida na defesa dos serviços públicos. Destaque para as marchas em defesa do serviço público de transportes, a acção na luta por um passe social intermodal que agora está em fase de concretização e a acção desenvolvida em defesa da habitação, do SNS e contra o encerramento de estações dos CTT.

2.1.6 Preparámos o XX Congresso, estivemos nas iniciativas do Partido sobre “A libertação do País da submissão ao Euro”, “Mais direitos, mais futuro, não à precariedade” e na campanha “Valorizar os trabalhadores! Mais força ao PCP”.

2.1.7 Assinalámos os 100 anos da Revolução de Outubro e o II Centenário do Nascimento de Marx, com a realização de um elevado número de iniciativas em todo o distrito, nomeadamente com a participação e contribuição determinante para o êxito da festa/comício sobre a Revolução de Outubro, realizada no Coliseu dos Recreios, e para a Conferência sobre Marx, realizada na Voz do Operário.

2.1.8 Assinalámos os aniversários do Partido com a realização de grandes comícios e iniciativas diversas nas organizações; demos o nosso grande contributo para a realização e êxito da Festa do Avante; interviemos nas batalhas eleitorais para a Assembleia da República, em Outubro de 2015, para a Presidência da República, em Janeiro de 2016 e para as Autárquicas, em Outubro de 2017.

2.1.9 Interviemos na afirmação do Partido, dos seus princípios, da sua identidade e do seu projecto político junto dos trabalhadores e das massas do distrito de Lisboa.

2.1.10 Na sua intervenção a ORL do PCP esteve à altura das suas responsabilidades, contribuindo no essencial para a intensa actividade do Partido e a sua acção e intervenção decisiva na luta de massas.

2.1.11 Na VIII Assembleia foram definidas questões prioritárias para o reforço do Partido: as células de empresa e de locais de trabalho, o recrutamento de mais 1000 militantes, operários e outros trabalhadores, o reforço da independência financeira do Partido, em que a quotização devia assumir uma maior expressão na estrutura das receitas, e o alargamento da iniciativa política das organizações.

2.1.12 Mesmo com dificuldades mantivemos um nível muito elevado de intervenção política nas empresas e locais de trabalho, nomeadamente lutando pela resolução dos problemas dos trabalhadores. Apesar do trabalho realizado, ficámos aquém no recrutamento e no valor de quotização recebido.

2.1.13 No quadro da evolução da situação internacional, com os seus perigos e potencialidades, e da situação nacional, com a intensa luta política e ideológica que comporta, e tendo em conta a necessidade da afirmação da alternativa patriótica e de esquerda que a realidade impõe, os próximos tempos vão ser de uma grande exigência para todo o Partido, logo sê-lo-ão também para as organizações e militantes da ORL.

2.1.14 A realização da IX Assembleia da ORL do PCP é o momento para avaliar o estado da organização do Partido, o nosso trabalho de direcção, avaliar o nível de militância e os quadros e definir as principais prioridades para os próximos tempos.

2.1.15 No plano da organização do Partido são definidas as seguintes prioridades:

2.1.15.1 a ligação do Partido às massas;

2.1.15.2 o Partido nas empresas e locais de trabalho – as células de empresa, a luta dos trabalhadores e o reforço das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT);

2.1.15.3 as organizações locais, o papel das comissões de freguesia e a luta das populações;

2.1.15.4 o recrutamento, a integração dos militantes, a militância e a formação ideológica;

2.1.15.5 a independência financeira e, em particular, a quotização;

2.1.15.6 a informação, agitação e propaganda, como instrumentos de ligação às massas.

2.2 Organização

2.2.1 A organização não pode ser vista como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento a usar na luta que travamos na acção reivindicativa e na luta diária dos trabalhadores e das populações pela transformação revolucionária da sociedade.

A organização exige uma permanente e cuidada atenção, em particular a sua estruturação, para melhor intervir sobre a realidade que queremos transformar.

2.2.2 O número de militantes da ORL do PCP é de 11.848 organizados em 16 concelhos e 17 organismos de sectores profissionais e de empresas (BO de 2018).

Estão organizados nas organizações locais 71,4% dos seus membros.

O núcleo activo (membros do Partido com tarefas) é de 2.398.

2.2.3 O número total de organismos a funcionar é de 519, – sendo que 89 são comissões de freguesia e 59 são secretariados de célula.

2.2.4 Significativo é o número de organismos para o trabalho autárquico, actividade sindical, actividade das comissões de trabalhadores, colectividades e outras frentes de trabalho – 278.

2.2.5 A composição social é de 30,5% de operários, 39,7% de empregados e 17% de quadros técnicos e intelectuais e 12,8% de outras profissões. 35,4% são mulheres e 52,4% são reformados.

A estrutura e a sua composição não têm alterações significativas, embora haja um ligeiro decréscimo no número de organismos. Em relação à composição social mantém-se uma maioria de operários e empregados e, aumenta a percentagem de quadros técnicos e intelectuais.

2.2.6 A percentagem de mulheres continua a crescer (mais 2,1% em 4 anos).

2.2.7 Realizaram-se, entre 2015 e 2018, 111 Assembleias das Organizações, sendo que 77 são de concelhos e freguesias e 34 de sectores profissionais e de células de empresa. Tratando-se de um número tão elevado de assembleias, nomeadamente de organizações de base, onde os organismos prestaram contas da sua actividade aos colectivos partidários, definiram objectivos de trabalho e elegeram novos organismos de direcção, podemos afirmar que se trata de um exemplo de vitalidade e reforço do Partido na ORL.

2.2.8 A estrutura orgânica do Partido e o seu funcionamento não podem ser desligados dos seus princípios, em que o centralismo democrático é a pedra angular – uma profunda democracia interna aliada a uma única orientação geral e uma única direcção central.

Este princípio implica a crítica e o combate a todas as intervenções, nomeadamente nas redes sociais, à margem das suas organizações e organismos, desrespeitando as orientações e decisões colectivas.

Os membros do Partido integram-se nas suas organizações e organismos, onde têm o direito e o dever de colocar as suas opiniões, de contribuir para a discussão, o apuramento e a decisão colectiva, que a todos obriga na acção.

2.3 Direcção

2.3.1 Num contexto político marcado por grandes exigências do trabalho de direcção, a acção do Partido na ORL foi marcada por um grande empenhamento e dedicação de todo o colectivo, particularmente do seu núcleo activo de militantes, exemplo de grande esforço, militância, determinação e combatividade.

Entretanto, para uma acção mais consequente, existem situações que é preciso combater e aperfeiçoar no trabalho colectivo e no controlo de execução. A disciplina revolucionária deve ser assumida, por todos e por cada um, como condição decisiva da força do Partido. Exige-se assim mais rigor no cumprimento das decisões, mais disciplina no cumprimento de horários, e mais apoio aos quadros no cumprimento das suas responsabilidades e tarefas. A melhoria da informação e da formação deve ser uma preocupação constante. Nas comunicações internas, a utilização dos meios electrónicos à disposição do Partido deve ter em conta critérios de reserva e de segurança, não expondo elementos do funcionamento partidário.

2.3.2 O trabalho de direcção da ORL do PCP teve muito do seu suporte nos organismos executivos da DORL, das concelhias e dos sectores profissionais.

Organismos que reúnem regularmente, fazem uma ligação directa às estruturas de base – comissões de freguesia e células de empresa – assegurando no fundamental o trabalho de direcção. No entanto, pela sua ligação às populações e aos trabalhadores, é determinante o papel dos organismos dirigentes das freguesias e das células de empresa.

2.3.3 As comissões concelhias e organismos de direcção dos sectores profissionais, organismos com uma composição alargada que nos permitem ter uma visão mais abrangente das preocupações e possibilidades de trabalho nas respectivas áreas de intervenção, necessitam de ser valorizados, de reunir regularmente, de combater as faltas dos seus membros e também que lhes seja dado o papel e a relevância política que devem ter no trabalho de direcção.

2.3.4 A Direcção da Organização Regional de Lisboa reuniu 14 vezes e procurou acompanhar o trabalho geral do Partido.

No entanto estão identificadas dificuldades no seu funcionamento como a participação irregular de alguns dos seus membros, na irregularidade das suas reuniões, assim como no funcionamento e conteúdo da discussão, insuficiências que é necessário ultrapassar.

O número dos seus membros deve diminuir (em 2015 foram eleitos 82), deve manter uma maioria de operários e empregados, procurando manter uma forte componente operária (actualmente 43,9%), deve reforçar o número de camaradas vindos das células de empresa e o número de mulheres (31,7%).

Deve manter uma composição de funcionários e não funcionários, com camaradas dos concelhos e sectores profissionais e ligados às organizações de massas.

2.3.5 Os organismos executivos da DORL do PCP – Executivo, Comissão Distrital e Secretariado – devem manter-se com as seguintes funções:

O Executivo deve manter uma composição alargada e assegurar directamente a direcção política das organizações e áreas de trabalho e das prioridades definidas, fazer o controlo de execução, dinamizar a actividade partidária em geral e ter a iniciativa política diária, que afirme o Partido no distrito de Lisboa e nas organizações concelhias e de sector.

A Comissão Distrital, organismo com uma composição mais alargada que o Executivo, deve contribuir para um conhecimento mais alargado da opinião das organizações e dos militantes, nomeadamente no que se refere às medidas de reforço orgânico do Partido, da intervenção nas empresas e locais de trabalho e da política de fundos.

O Secretariado deve acompanhar as questões de direcção, de quadros, de organização, financeiras e patrimoniais.

2.3.6 A DORL do PCP, no seu funcionamento, constituiu diversas comissões e grupos de trabalho de apoio à direcção a que é preciso dar atenção, melhorando o seu trabalho colectivo e reforçando a sua composição.

2.4 Quadros

2.4.1 Os quadros do Partido, militantes que desempenham tarefas aos mais variados níveis da organização, são absolutamente necessários para que a actividade do Partido avance.

Uma das direcções fundamentais para o reforço do Partido é o conhecimento, a preparação e a responsabilização de quadros, o que implica uma permanente e correcta política de quadros, conforme a larga experiência partidária.

2.4.2 A partir dos secretariados tem-se feito uma avaliação periódica aos quadros que se destacam nos sectores e concelhos, particularmente quadros operários, jovens, mulheres.

Precisamos de uma responsabilização de mais quadros por tarefas concretas, e, em particular, para o reforço dos organismos intermédios de direcção.

2.4.3 Entre os quadros destacam-se os funcionários do Partido, pelo seu papel no trabalho de direcção e pela sua disponibilidade na dinamização da actividade. Desde a última Assembleia demos continuidade à renovação e rejuvenescimento dos funcionários do Partido, objectivo que temos de continuar a concretizar.

2.5 Alição do Partido às massas

2.5.1 “A ligação às massas é fundamental para o Partido. Só com essa forte ligação se tem um efectivo conhecimento da realidade em que age e das questões mais gerais ou específicas que a caracterizam, dos problemas e aspirações dos trabalhadores e do povo. Só assim terá condições de agir para transformar.

Uma organização, desligada da vida e do meio de onde emerge e desenvolve a sua actividade, tende a transformar-se num grupo isolado e a definir sem deixar nada atrás de si. Continuam a evidenciar-se dificuldades para introduzir na discussão regular dos organismos a análise dos problemas dos trabalhadores e das populações e encontrar os caminhos para lhes dar forma reivindicativa e transformá-los em luta.

Identificar e arredar do caminho os bloqueios que impedem o Partido de avançar de forma mais alargada e consequente na sua ligação às massas é, pois, a tarefa prioritária de todos os organismos do Partido.” (XX Congresso do PCP).

2.5.2 A IX Assembleia decide que todas as organizações, particularmente as células de empresa e comissões de freguesia, devem analisar e caracterizar qual o grau de ligação às massas que têm, quer através da acção e iniciativa própria, quer através da ligação às organizações e movimentos de massas e devem tomar as medidas de direcção e de responsabilização de quadros adequadas à situação concreta de cada organização.

2.5.3 A ORL do PCP realizará em 2020 um Encontro de Quadros que analisará os avanços registados.

2.6 As células de empresa

2.6.1 Em sucessivos Congressos do Partido, resoluções do Comité Central, Assembleias e Encontros realizados pela ORL está definido como prioridade para “Um PCP mais forte e mais influente” o reforço da organização e intervenção junto da classe operária e dos trabalhadores, nas empresas e locais de trabalho.

A DORL, em consonância com esta prioridade, tem vindo a procurar reforçar o seu trabalho nos concelhos e, em particular, nos sectores profissionais. Para além das medidas já avaliadas na VIII Assembleia, de reforço de quadros na Hotelaria, Grandes Superfícies, Vigilância e Centros de Contacto, avançou-se no reforço dos sectores dos Transportes, Comunicações, Águas e Energia (SCAE) e dos trabalhadores das empresas de limpeza.

Apesar deste reforço, a percentagem de membros do Partido organizados nas empresas e locais de trabalho (28%) não teve alteração.

Temos na ORL do PCP 80 empresas ou locais de trabalho definidas como prioritárias, distribuídas por concelhos e sectores profissionais. São prioritárias porque têm mais de 1.000 trabalhadores ou são empresas estratégicas. É nestas empresas que temos de continuar a incidir o esforço principal. É neste objectivo que temos trabalhado. Devemos fazer um acompanhamento e uma análise permanente às dificuldades e aos avanços registados.

No entanto, devemos valorizar também a intervenção noutras empresas e locais de trabalho onde, devido a aspectos concretos e específicos, seja por participação sindical unitária, pela inter-

venção do Partido ou pela dinamização da luta, as potencialidades se tenham alterado.

2.6.2 A campanha decidida pelo Comité Central da realização de 5.000 contactos com trabalhadores revelou-se de uma grande importância para o presente e o futuro do Partido, o reforço das organizações de massas e a luta dos trabalhadores. Na ORL identificámos 1.700 nomes com quem contactar. Destes, 840 já foram contactados e 169 aderiram ao Partido (Jan/2019). Muitos ainda não decidiram fazê-lo mas manifestaram vontade de receber informação e de colaborar. Constituíram-se mais 4 células de empresa e reforçaram-se outras organizações do Partido.

Algumas ilações a tirar, do trabalho já feito, para o futuro imediato desta acção: conhecemos com mais profundidade os problemas dos trabalhadores, a sua opinião sobre o Partido e o seu projecto, mas também os efeitos da ofensiva ideológica contra o Partido; ficámos com ligação regular a muitos com quem falámos e a possibilidade, no futuro, de novos recrutamentos.

O resultado é, por isso, muito positivo e estamos em muito melhores condições, dando continuidade a este trabalho, de reforçar e alargar a influência do Partido junto dos trabalhadores do Distrito.

2.6.3 É necessário continuar a concretizar as linhas de trabalho e orientações definidas para levar até ao fim e com êxito a campanha dos 5.000 contactos, definindo objectivos concretos e planos de trabalho cuja aplicação deve ter um controlo regular, identificando mais nomes com quem conversar, realizar essas conversas e recrutar. Esta tarefa terá de ter continuidade, com carácter regular.

2.6.4 Nas células já existentes é preciso garantir, em primeiro lugar, a regularidade do seu funcionamento, permitindo assim a discussão colectiva e o exercício efectivo do trabalho de direcção do Partido, onde o reforço orgânico, o trabalho das organizações de massas, os problemas dos trabalhadores e a intervenção política têm de estar sempre presentes.

2.6.5 Medidas para a constituição de novas células:

2.6.5.1 Nas empresas e locais de trabalho onde temos um ou dois militantes, a tarefa prioritária

é o recrutamento para formar uma nova célula. Nestes casos é necessário, mesmo que nalgumas situações de uma forma transitória, agrupar camaradas de empresas diversas por área geográfica ou actividade profissional para a constituição de célula.

2.6.5.2 Nas empresas e locais de trabalho onde não temos militantes é essencial um trabalho regular de propaganda à porta para estabelecer uma relação de confiança com os trabalhadores, conhecer melhor a sua realidade social e laboral, procurando apurar os que têm maior consciência social e política. Esta linha de trabalho exige um plano de contactos com vista ao recrutamento.

2.6.5.3 Em qualquer destas duas últimas situações orgânicas é essencial que o Partido, mesmo a partir de fora da empresa, trate dos problemas dos trabalhadores para que estes reconheçam o seu papel. O desenvolvimento deste trabalho tem de ser sempre acompanhado pelo apelo a que se inscrevam e militem no partido que defende os seus interesses, o PCP.

2.6.6 Estas linhas de trabalho têm de ser acompanhadas com outras medidas:

2.6.6.1 a definição de tarefas para os membros da célula e, em particular, para os membros dos secretariados de célula;

2.6.6.2 a integração orgânica dos novos militantes, o seu acompanhamento regular, adequando as tarefas de cada um à sua disponibilidade para a militância no Partido;

2.6.6.3 a atenção constante ao recrutamento nos locais de residência e à transferência para as células de empresa dos camaradas com menos de 55 anos (esta transferência define a prioridade organizativa do militante mas não impede, antes pelo contrário, que o camarada participe, de acordo com a sua disponibilidade, no local de residência);

2.6.6.4 o alargamento do número de empresas onde o Partido intervenha com a sua linha de propaganda específica;

2.6.6.5 a dinamização da compra e leitura do “Avante!” e de “O Militante”, a melhoria da informação sobre a realidade nacional e internacional e a preparação teórica dos quadros;

2.6.6.6 a contribuição para o reforço do movimento sindical unitário através do aumento da

sindicalização e da eleição de delegados sindicais;

2.6.6.7 a participação em outras estruturas de massas dos trabalhadores – comissões de trabalhadores, comissões de saúde e segurança no trabalho, Centros de Cultura e de Desporto (CCD).

2.6.7 A repressão vivida nos locais de trabalho, os horários desregulados, a vida familiar, as dificuldades de transportes e, por vezes, um segundo emprego obrigam-nos a um estilo de trabalho diferente, em muitos casos fora dos centros de trabalho, como o contacto à porta da empresa e mesmo no local de residência. São métodos de trabalho que é preciso incrementar e desenvolver e sobre os quais é preciso reflectir e partilhar, desenvolvendo e aprofundando as experiências mais eficazes.

2.6.8 – Todo o trabalho orgânico da célula deve ter como objectivo central o aumento da influência do Partido entre os trabalhadores, a sua consciencialização em relação à sua situação de explorados, o esclarecimento, mobilização, unidade e organização para a luta pelas suas reivindicações e aspirações mais sentidas e também em relação à situação existente no País e à solidariedade com os trabalhadores no plano internacional.

2.6.9 Na ORL temos também células de membros do Partido que são dirigentes sindicais. Estas células exigem um trabalho e acompanhamento específicos. As principais insuficiências que é preciso ultrapassar radicam na irregularidade de reunião e conseqüente falta de trabalho colectivo e no insuficiente envolvimento de muitos destes militantes no trabalho mais geral do Partido.

É necessário, também, melhorar no trabalho de integração do contributo destes camaradas nas células nos seus locais de trabalho de origem ou de empresas que acompanham no seu trabalho sindical.

2.6.10 A DORL do PCP deve continuar a realizar Encontros anuais sobre a actividade das células de empresa para avaliar o trabalho realizado e tomar decisões sobre o trabalho futuro.

2.7 Organizações de base local

2.7.1 As organizações locais, pelo número de camaradas que aí estão organizados e pela multiplicidade de frentes de trabalho que estão à sua responsabilidade, têm na ORL uma enorme importância. A par do trabalho orgânico e das tarefas gerais do Partido, é responsabilidade da direcção das organizações locais o enquadramento político dos eleitos do Partido na autarquia e dos eleitos no movimento associativo local, sejam colectividades, bombeiros, associações de reformados ou comissões de utentes.

2.7.2 O balanço realizado revela-nos que a maioria das comissões de freguesia tem uma composição na qual, para além de um nível etário elevado, uma parte importante dos camaradas não têm tarefas regulares atribuídas. A par deste problema, que é preciso resolver, existe um outro que é o do número insuficiente de camaradas nas comissões de freguesia com ligação a estruturas de massas como o movimento associativo popular, comissões de utentes, IPSS, associações de reformados e outras, o que pode representar comissões de freguesia fechadas, desligadas do meio onde se inserem e da realidade que querem transformar. Este é um problema muito sério que com urgência temos de ultrapassar nas organizações onde se manifeste.

As Assembleias das organizações locais realizadas em 2018 vão, no geral, no sentido correcto.

2.7.3 Nenhum problema que afecte as condições de vida das populações deve ser alheio à nossa organização local que tem a responsabilidade de, em permanente ligação às massas, organizar a luta para solucionar os problemas e dar voz às justas reivindicações populares.

2.7.4 O importante papel que as organizações locais representam na actividade geral do Partido, quer no plano orgânico, quer na ligação às massas, exige que sejam dotadas de organismos dirigentes – comissões de freguesia – em condições de dirigir todo o potencial que concentram.

2.7.5 É necessário que os organismos executivos das comissões concelhias acompanhem a composição das comissões de freguesia a eleger nas assembleias da respectiva organização a fim de estas corresponderem às necessidades

do reforço orgânico, de afirmação do Partido, de ligação às massas e de desenvolvimento da luta.

2.7.6 Para cumprir o seu papel é fundamental que cada membro da comissão de freguesia tenha uma tarefa à sua responsabilidade de que presta contas ao colectivo: no plano orgânico – ligação aos militantes, cobrança de quotas, elaboração e distribuição de propaganda, recrutamento de novos militantes para o Partido; – no plano das estruturas de massas e do desenvolvimento da luta – movimento associativo, comissões de utentes existentes ou a criar; ou no plano do trabalho autárquico.

2.8 O recrutamento, a integração dos militantes, a militância e a formação ideológica

2.8.1 Recrutar é essencial para crescer, renovar, rejuvenescer, trazer “sangue novo” à vida colectiva. Exige conhecer bem o simpatizante, amigo ou companheiro de trabalho, avaliar a sua conduta no local de trabalho ou na residência, mas sem que tal exija recrutar um quadro “formado”. É no Partido, na militância, na defesa dos interesses comuns aos objectivos do Partido que se formam os quadros. Esta é uma tarefa que exige discussão, planificação, definição de quem faz o contacto e controlo de execução, orientando o recrutamento para os trabalhadores em geral, mulheres e jovens.

O recrutamento de mais 1.000 militantes, operários e outros trabalhadores, foi um objectivo definido na VIII Assembleia e absolutamente necessário ao reforço do Partido, mas ficámos longe de o concretizar. De 2015 a 2019 recrutámos 395 trabalhadores.

A não concretização deste objectivo teve como primeira causa dificuldades diversas de carácter objectivo, as que nos são impostas, e de carácter subjectivo, as que dependem de nós, com excesso de generosidade e de voluntarismo na sua definição, aquando da VIII Assembleia, não tendo em conta as nossas reais possibilidades no contexto da ofensiva geral contra os trabalhadores e os seus direitos.

2.8.2 Integrar os novos militantes implica que devemos trabalhar para que todo o novo militan-

te conheça o organismo onde deve participar e ter uma tarefa.

2.8.3 Elevar a militância implica que mais camaradas entendam o seu valor e a sua importância num Partido revolucionário e assumam uma tarefa, mesmo a mais simples. Esta compreensão é uma ajuda fundamental para ultrapassar as dificuldades de disponibilidade, nomeadamente de ordem profissional e familiar. O recurso a meios de comunicação de diverso tipo (electrónicos, telefónicos, postais, etc.), úteis na ligação com os membros do Partido e na sua inserção, não pode substituir a integração, a participação na actividade e o contacto pessoal.

No âmbito da entrega do novo cartão, em 2018, procurámos aumentar o nível de militância. Propusemos a mais 156 militantes a definição de uma tarefa. 113 aceitaram (Jan/2019).

No entanto, ainda estamos longe de atingir um patamar consentâneo com as possibilidades e as exigências que se colocam ao Partido na luta que travamos.

2.8.4 A luta ideológica é um elemento essencial na fortíssima luta de classes em que intervimos e na qual, permanentemente, os trabalhadores são bombardeados com ideias da ideologia dominante que visam perpetuar o sistema capitalista, desmobilizar a organização e a luta pela superação revolucionária do capitalismo, pela construção do socialismo.

Nesta batalha, em que intervimos diariamente, é necessário que o Partido no seu todo e os quadros em particular tenham a formação ideológica necessária para o combate contra a ideologia do capital.

2.8.4.1 Essa formação faz-se, em primeiro lugar, pela militância e trabalho colectivo, através da participação activa na vida do Partido e na discussão nos organismos; faz-se também pelo conhecimento da História do Partido, pela leitura do “Avante!” e do “O Militante” e dos clássicos do marxismo-leninismo, pela participação em debates, colóquios e seminários, e pela frequência dos cursos de formação organizados centralmente, pela DORL ou pelas concelhias ou sectores profissionais.

Nos últimos dois anos realizou-se um conjunto muito vasto de iniciativas de forte conteúdo

ideológico, em torno do centenário da Revolução de Outubro e do II Centenário de Karl Marx.

2.8.4.2 Na ORL, desde a VIII Assembleia, realizaram-se 53 acções de formação com a presença de 928 camaradas. A maioria dos cursos foi sobre o Programa e os Estatutos do Partido e de introdução ao marxismo-leninismo.

2.8.4.3 São orientações:

2.8.4.3.1 fazer discussão regular na organização das questões políticas, afirmando e divulgando as posições do Partido nos planos nacional e internacional;

2.8.4.3.2 elaborar um plano anual de cursos e outras acções de formação ideológica, seja no plano da DORL, seja no plano dos concelhos e sectores;

2.8.4.3.3 concretizar a participação nesses cursos de todos os novos militantes do Partido, mas também de outros camaradas que nunca estiveram numa acção de formação ou já não o fazem há muitos anos.

2.9 Independência financeira e património

2.9.1 “A independência política e ideológica do PCP é indissociável da sua independência financeira” (XX Congresso do PCP).

Na DORL do PCP avançámos no trabalho de direcção, acompanhamento e controlo do trabalho de fundos, mantendo-se, no entanto, insuficiências na responsabilização de mais quadros perante a complexidade e exigência crescentes que se colocam a este trabalho.

2.9.2 Verificou-se que nos últimos três anos a receita reduziu ligeiramente, ficando a rubrica da quotização aquém do objectivo traçado na última Assembleia, “trabalhar para que uma parte muito significativa das despesas fixas do Partido seja suportada pelas quotas recebidas”, o que quer dizer que ainda não atingimos o objectivo principal de não dependermos de outras receitas.

2.9.3 A despesa também se tem mantido nos mesmos valores. Os saldos anuais têm sido positivos, à excepção do ano de 2017, ano de eleições autárquicas, em que tivemos um saldo negativo. Consideramos positivo quer a dimensão da aplicação do princípio dos eleitos não serem beneficiados nem prejudicados pelo exercício dessas funções, quer os avanços que se têm verificado

no entendimento da participação nas mesas de voto como uma tarefa do Partido, o que também contribuiu para as nossas receitas.

Tendo em conta os dados referidos é necessário que cada organização e cada militante se empenhe na superação das dificuldades existentes e que a situação actual nos impõe.

2.9.4 Todos os Organismos de Direcção devem reforçar a discussão da situação financeira do Partido no actual momento, tendo em conta as condicionantes da situação mas também as suas potencialidades, de forma a manter e reforçar o combate à política de direita e a contribuir para afirmar a independência política e ideológica;

2.9.5 Orientações de trabalho

2.9.5.1 criar e/ou reforçar as Comissões de Fundos e de Controlo Financeiro nos concelhos e sectores profissionais;

2.9.5.2 assegurar um maior rigor na elaboração dos orçamentos e no respectivo controlo orçamental, na prestação de contas nas datas definidas e no cumprimento dos procedimentos que nos são exigidos;

2.9.5.3 definir objectivos claros e assumidos colectivamente, melhorando significativamente o seu controlo de execução;

2.9.5.4 proceder a uma profunda discussão sobre a importância da independência financeira do Partido e o papel da quotização;

2.9.5.5 envolver mais camaradas no recebimento das quotas de forma a alcançar o objectivo definido de, pelo menos, 1 camarada as receber, no máximo, de 20 militantes;

2.9.5.6 divulgar junto dos camaradas as diversas formas de pagamento da quota – transferência bancária, débito directo e/ou o uso dos dados que constam no cartão de militante;

2.9.5.7 promover a elevação da compreensão da importância política do aumento do valor da quota e da sua recolha, procurando atingir anualmente os objectivos já definidos de 80% de militantes com a quota em dia e a elevação do seu valor, tendo como elemento de referência 1% do rendimento mensal;

2.9.5.8 trabalhar para que uma parte muito significativa das despesas fixas do Partido seja suportada pelas quotas recolhidas;

2.9.5.9 estimular uma maior recolha de contribuições dos militantes e amigos, estabelecendo metas e elaborando listas de contactos em todos os organismos;

2.9.5.10 continuar a consolidar os avanços no cumprimento do princípio estatutário que define que os membros do Partido eleitos ou nomeados em cargos públicos não devem ser prejudicados nem beneficiados pelo desempenho dessas tarefas, valorizar os resultados obtidos e acompanhar com mais rigor o cumprimento desse princípio;

2.9.5.11 levar a cabo mais regularmente a realização de iniciativas culturais, festas, excursões, almoços e outras, em que, para além da sua importância política, se fortaleça a unidade e sejam tidos em conta os seus resultados financeiros;

2.9.5.12 melhorar o controlo das despesas correntes (água, electricidade, comunicações) bem como as despesas com viaturas e transportes;

2.9.5.13 aumentar a venda do “Avante!” e de “O Militante”, eliminando as sobras, para também, por este meio, aumentar as receitas.

2.9.6 Precisamos de continuar a valorizar o património, dando particular atenção aos Centros de Trabalho.

Nestes últimos 4 anos realizámos obras, para criar melhores condições de trabalho, nos CT: Vitória, Graça, Tires, Algés, Loures, Camarate, Queijas, Amadora, Vila Franca de Xira, Apelação, Zambujal, Parede e Fanhões.

Foi ainda adquirido o edifício onde funciona o CT da Ajuda.

Continuamos com um número considerável de 32 Centros de Trabalho em que pagamos renda.

2.9.6.1 Objectivos:

– a valorização dos CT propriedade do Partido e a diminuição do número dos que têm rendas mais elevadas, sem pôr em causa o trabalho organizativo do Partido;

– dar maior atenção à conservação e limpeza dos CT, melhorando as condições de trabalho e de convívio.

2.10 Propaganda

2.10.1 Estamos confrontados com um quadro de grande ofensiva ideológica e de propaganda do capital que tem ao seu dispor poderosos e sofisticados meios. É neste cenário que assume

uma enorme importância a informação, a agitação e a propaganda do Partido. Sem menosprezar todos os meios que estejam ao nosso alcance e que devemos potenciar, há que valorizar a marca distintiva do Partido na comunicação: o contacto directo com os trabalhadores e as populações – factor de prestígio e reconhecimento do Partido que constitui um importante instrumento para a criação de organização partidária entre os trabalhadores.

2.10.2 Tarefa de todo o Partido que é indispensável melhorar, no conteúdo, na forma e nas suas múltiplas expressões – fixa, escrita, audiovisual, electrónica. Muitas organizações continuam a confrontar-se com dificuldades, seja na produção de documentos específicos, seja na afixação da propaganda fixa em tempo útil, ou na criação de colectivos específicos para esta frente.

2.10.3 Um problema com que nos debatemos é o desperdício de recursos, imprimindo materiais que não aproveitamos na sua totalidade para a acção política. O correio electrónico, outro meio à nossa disposição, não é usado na sua plenitude.

2.10.4 São orientações:

2.10.4.1 dar funcionamento regular à Coordenadora Distrital de Propaganda e ao colectivo SIP DORL, reforçando a reflexão e o trabalho colectivo e diminuindo o trabalho casuístico;

2.10.4.2 continuar a equipar com materiais a Secção de Informação e Propaganda (SIP DORL), assim como destacar quadros para esta tarefa;

2.10.4.3 criar materiais de apoio às organizações que tenham maiores dificuldades;

2.10.4.4 identificar e responsabilizar camaradas com condições técnicas e políticas e promover acções de formação;

2.10.4.5 responsabilizar um camarada por esta frente em todas as organizações, criando colectivos concelhios e sectoriais que reúnam os camaradas com tarefas concretas;

2.10.4.6 reforçar a propaganda dirigida às empresas e locais de trabalho, abordando questões concretas;

2.10.4.7 avaliar a rede de “mupis” em cada concelho, adaptando-a à realidade actual;

2.10.4.8 reforçar a utilização de carros de som devidamente equipados para a realização de mini-comícios e acções de agitação;

2.10.4.9 melhorar e aprofundar os conteúdos na página da DORL na internet;

2.10.4.10 evitar a dispersão dos conteúdos do Partido na internet, em especial nas “redes sociais”, com a criação de novas páginas;

2.10.4.11 recolha de contactos de correio electrónico de amigos do Partido, em especial nas empresas e locais de trabalho, a fim de os integrar no programa de comunicação da DORL;

2.10.4.12 desenvolver de forma criativa acções de agitação.

2.11 A Imprensa do Partido

2.11.1 – A ofensiva ideológica veiculada pelos media dominantes, seja através dos tradicionais meios de comunicação social de massas, seja através de plataformas electrónicas como as chamadas «redes sociais», tem um poder crescente na formação de opiniões, gostos e opções políticas e ideológicas. O controlo dos principais meios de comunicação social por grandes grupos económicos, ligados ao capital financeiro, tem repercussões na informação produzida e no entretenimento, sendo os seus conteúdos difundidos de forma massiva: a aceitação da exploração, do empobrecimento como natural e inevitável e promovido o silenciamento e a deturpação das análises, acções e propostas dos comunistas.

2.11.2 Para combater esta ofensiva o Partido tem instrumentos próprios, entre eles o “Avante!” e “O Militante”

Nos últimos 4 anos, tivemos registos positivos no aumento da divulgação e venda da imprensa do Partido, ainda assim muito aquém dos objectivos que definimos e das potencialidades que realmente temos de chegar a mais trabalhadores e população. Actualmente vendemos no distrito de Lisboa 1.735 exemplares do “Avante!” (semanal) e 646 da revista «O Militante» (bimestral). No que diz respeito às assinaturas temos 408 do jornal e 270 assinaturas da revista (Nov/2018).

2.11.3 A imprensa do Partido é um instrumento indispensável para o combate político e ideológico e é um elemento organizador colectivo. Promover e estimular a leitura e o estudo da imprensa do Partido, assim como de obras publicadas pela Editorial “Avante”, criando condições para

um maior enriquecimento informativo e enquadramento teórico do debate político e ideológico.

Neste sentido, propomos como linhas orientadoras no trabalho da ORL:

2.11.3.1 responsabilizar camaradas em todos os organismos pela tarefa da imprensa do Partido;

2.11.3.2 reunir regularmente o grupo de trabalho distrital e articular, de forma permanente, com as organizações;

2.11.3.3 reunir com os responsáveis da imprensa do Partido de toda a ORL;

2.11.3.4 aumentar o número de distribuidores e acompanhar o seu trabalho;

2.11.3.5 agilizar a recepção do “Avante!” e de “O Militante” aos militantes e simpatizantes do Partido, melhorando e divulgando o sistema de assinatura;

2.11.3.6 garantir nas organizações o envio regular de informação para o “Avante!” (iniciativas do Partido, lutas de trabalhadores e de populações);

2.11.3.7 garantir bancas e vendas de rua, o maior o número de vezes possível, assumindo uma regularidade na presença do “Avante!” na rua e nos locais de trabalho.

2.12 Festa do “Avante!”

2.12.1 A Festa do “Avante!” é um momento de exaltação da força e dos objectivos dos comunistas. Ali se reflecte toda uma experiência vivida nas empresas e nas ruas, no contacto com o povo e os trabalhadores, para ali transportamos as vontades e reivindicações do povo, que luta com o objectivo de alcançar uma sociedade mais justa.

2.12.2 Dando expressão aos valores que defendemos e pelos quais lutamos, ao ideal e ao projecto comunista, a Festa é um espaço de consolidação desse projecto junto de todos quantos a erguem e de todos quantos a visitam. Tem, por isso, um importante carácter transformador.

2.12.3 O seu carácter profundamente solidário e internacionalista com a luta dos outros povos é uma das características essenciais da Festa do Avante.

2.12.4 A ORL do PCP tem assumido desde sempre um contributo decisivo na construção e funcionamento da nossa Festa, contributo esse que temos procurado alargar assumindo mais res-

ponsabilidades na construção e funcionamento. Regista-se a consolidação de avanços positivos na organização do trabalho e direcção colectiva nas diferentes fases de implantação e concepção e ainda o novo método de implantação com materiais próprios, melhorando as técnicas de implantação e o tempo gasto na mesma, o que nos tem permitido dar resposta atempada ao que nos é solicitado pela Direcção da Festa.

2.12.5 Temos vindo a procurar continuar um caminho de contenção de custos na sua implantação. Nesse sentido, devemos também dar atenção à sua desmontagem, preservando os materiais utilizados.

2.12.6 Destacamos, ainda, a necessidade de tomar medidas efectivas para garantir:

2.12.6.1 uma mais ampla e preparada discussão colectiva sobre a Festa nas organizações, registando e tendo em conta o balanço das anteriores edições e os aspectos a melhorar;

2.12.6.2 um maior envolvimento de toda a organização na divulgação da nossa Festa, programando e planificando acções de contacto directo com os trabalhadores, organizando iniciativas de rua nos locais de maior concentração de pessoas para uma maior venda de EP – título de solidariedade;

2.12.6.3 o aumento da venda da EP, o alargamento da compra antecipada e da rede de vendedores, de locais de aquisição e da organização de excursões, indo além da organização partidária e contactando com todos aqueles para quem a Festa é um amplo espaço de amizade, confraternização e afirmação das propostas do PCP;

2.12.6.4 um maior número de camaradas envolvidos na construção da Festa, potenciando ao máximo as suas características e conhecimentos;

2.12.6.5 trabalhar numa linha de formação de novos quadros que inseridos em equipas com outros com maior experiência, possam adquirir esse conhecimento como garante de futuro da qualidade do trabalho realizado.

2.13 Trabalho político unitário

2.13.1 Na Resolução Política do XX Congresso é reafirmada a absoluta necessidade da ruptura com a política de direita e a construção de uma política alternativa patriótica e de esquerda.

É neste caminho que o trabalho político unitário assume um papel determinante, como instrumento da ligação do Partido às massas, promovendo o diálogo e a criação de condições para uma acção comum com outros democratas e patriotas.

2.13.2 Esta é uma tarefa transversal a todas as frentes de trabalho, como movimentos de massas e organizações representativas dos trabalhadores /MSU, Comissões de Trabalhadores, movimentos dos utentes dos serviços públicos, associações de carácter cultural, como é o caso da Associação Lopes Graça e do Manifesto em Defesa da Cultura, e tantas outras com projecção mais local, distrital e nacional.

As organizações do Partido devem também trabalhar em conjunto com as estruturas religiosas e de crenças, que se associem à nossa luta, pela paz, pelo trabalho e por melhores condições de vida e mais justiça social.

2.13.3 O trabalho político unitário não é apenas uma tarefa benéfica para o Partido e para aqueles que contactamos. Melhora as capacidades e os conhecimentos de cada militante do Partido que a realiza.

2.13.4 Esta tarefa de aproximação, de informação, de envolvimento e de consciencialização não é de sentido único: falamos, mas também ouvimos; temos informação para dar, mas também para receber. Esta proximidade reforça o papel do Partido na sua ligação aos problemas concretos, no aprofundamento do diálogo com democratas e na sua mobilização e convergência para uma verdadeira mudança de rumo da política nacional.

2.13.5 Podemos concluir que foi desenvolvido nestes últimos quatro anos um trabalho globalmente positivo com particular destaque para o que foi conseguido nas campanhas eleitorais e no trabalho com apoiantes da CDU, para a actividade do Manifesto em Defesa da Cultura, da Associação Lopes Graça e da Associação Conquististas da Revolução. Não devemos, no entanto, descurar a discussão regular em todas as organizações em torno desta frente de trabalho, a planificação e promoção de iniciativas.

2.13.6 São medidas a tomar:

2.13.6.1 tornar regular a discussão em torno do trabalho político unitário, planificar a acção e definir prioridades;

2.13.6.2 dar uma particular atenção ao contacto individual com pessoas que se destacam nas mais diversas áreas, alargando o número de contactos e dando-lhes regularidade;

2.13.6.3 realizar mais frequentemente, tendo como base duas vezes por ano, reuniões distritais com pessoas sem filiação partidária, promovendo o diálogo, abordando as posições e projecto do Partido, ouvindo opiniões, abrindo novas possibilidades de participação e convergência (esta actividade deve ter uma regularidade permanente nos concelhos);

2.13.6.4 prosseguir em todas as organizações a linha de trabalho de reuniões e contactos com estruturas, movimentos, organizações sociais, culturais e outras;

2.13.6.5 reforço da comissão da DORL para o trabalho político unitário.

3 Trabalho do Partido com camadas e sectores sociais específicos

3.1 Quadros Técnicos e Intelectuais

3.1.1 Confirmou-se a caracterização que fizemos na última Assembleia sobre a situação social, laboral, cultural e económica dos sectores e áreas de actividade de predominância de profissões intelectuais, bem como da evolução deste grupo social.

Grandes grupos dominam na área do audiovisual, da comunicação social, da edição, do direito, da arquitectura; verifica-se a continuação da mercantilização da cultura e da investigação científica; agrava-se o estrangulamento da escola pública, através de um modelo de gestão anti-democrático e a instrumentalização dos currículos pelos interesses ideológicos do capital; verifica-se a cedência aos interesses e exigências do capital na saúde, pondo em causa a prestação destes cuidados, diminuindo a capacidade de resposta do SNS e atacando os direitos dos trabalhadores. Todos estes factores levam, por um lado, a um maior domínio e disseminação da ideologia dominante e dos seus valores, condicionando todas as esferas da intervenção social e política e, por outro, a uma degradação do Serviço Público, nas várias áreas, apresentando-o como ineficiente e despesista e levando à sua descredibilização, de modo a facilitar a entrada aos privados.

O Governo minoritário do PS insistiu no condicionamento do investimento público na saúde, na cultura, na comunicação social, no ensino público e na investigação científica, nomeadamente com o recurso à resistência, adiamento ou mesmo não concretização de compromissos assumidos.

3.1.2 Ao mesmo tempo, a situação dos trabalhadores quadros técnicos e intelectuais continua marcada pela precariedade, pelos baixos salários, pelo desemprego e pela emigração. Trabalhadores há anos com falsos recibos verdes, contratos a prazo ou com bolsas de investigação em vez de contratos de trabalho marcam a generalidade destas profissões, particularmente em empresas e estruturas públicas, como a RTP, hospitais e centros de saúde, teatros nacionais ou universidades e centros de investigação, mas estando generalizados por todos os sectores. Daí decorrem os baixos salários e a ausência fre-

quente de horários de trabalho, bem como a degradação das condições de trabalho.

3.1.3 No âmbito da nova fase da vida política nacional, consequência de anos de luta a que o Partido deu expressão, foi possível colocar na ordem do dia a regularização dos contratos precários na Administração Pública – onde se inserem os museus e monumentos nacionais, os serviços de saúde, as escolas e as universidades, os centros de investigação ou os laboratórios do Estado – e no Sector Empresarial do Estado – onde se inserem a RTP, os hospitais e diversas estruturas artísticas. O Governo do PS tudo tem feito para adiar ou mesmo impedir a regularização destas situações.

3.1.4 O desenvolvimento da organização e da luta dos trabalhadores foi muito significativo e importante para resistir e para avançar. Destaque para as lutas dos professores pela contagem integral do tempo de serviço, denunciando o desgaste da profissão e a precariedade, das várias profissões de intelectuais e quadros técnicos da saúde, pela contratação de profissionais em falta, pelo vínculo público nos contratos, pelas carreiras, sua progressão e valorização; dos bolséis de investigação científica, por contratos de trabalho em vez de bolsas, e dos trabalhadores da cultura, nos museus e monumentos nacionais, no Teatro Nacional de São Carlos e na Companhia Nacional de Bailado. Neste sector realizou-se a maior manifestação de sempre, no dia 6 de Abril de 2018, que juntou em Lisboa, além de noutras regiões, dois mil trabalhadores da cultura, reivindicando o aumento do valor do apoio às artes, do Orçamento do Estado para a cultura, contratos de trabalho e outros direitos laborais e a existência de um serviço público de cultura. Esta manifestação foi um marco extremamente importante na luta da cultura e dos seus trabalhadores, por ter obrigado o Governo a recuar e a ceder, por ter alterado a consciência de muitos dos que nela participaram e por ter trazido à luta pela primeira vez, alargando-a, muitos artistas e outros trabalhadores da cultura.

3.1.5 A acção e luta dos intelectuais que, defendendo os seus direitos, exigem a melhoria dos serviços e funções sociais que prestam, é uma consequência dos trabalhadores intelectuais exercerem as suas actividades em áreas onde

se concretizam direitos individuais e colectivos de todos os cidadãos. O ataque aos direitos e às condições de trabalho dos profissionais dos sectores da educação e do ensino, da saúde e da segurança social, da cultura e da justiça, lesa também os direitos individuais e colectivos dos cidadãos e, reciprocamente, as políticas de denegação desses direitos passam, geralmente, pelo ataque às condições de trabalho dos trabalhadores que asseguram esses direitos.

3.1.6 Correspondendo ainda de forma muito insuficiente em reforço da organização partidária, o prestígio e o alargamento da influência do Partido nestas várias áreas de actividade de profissões intelectuais aumentaram significativamente, particularmente na área da cultura e dos bolséis de investigação científica – por aqui se partir de uma base inferior e por ter havido efectivamente avanços significativos. O trabalho regular da organização, a actuação qualificada e persistente na Assembleia da República, o acerto das posições do Partido, fruto do conhecimento da realidade e da tomada de medidas para a intervenção junto dos trabalhadores, bem como um aumento da atenção dada a estas áreas são factores que, articulados, contribuiram para que tal acontecesse.

3.1.7 São orientações para o nosso trabalho:

3.1.7.1 o reforço do trabalho do Partido junto dos trabalhadores das profissões intelectuais, particularmente nos docentes e investigadores, na cultura, na saúde e na comunicação social, a partir da defesa e valorização dos serviços públicos em que se inserem e dos seus problemas laborais;

3.1.7.2 o acompanhamento da situação dos professores, envolvendo o respectivo sector e os concelhos, de forma a responsabilizar camaradas, a promover o recrutamento e a criação de células nas escolas e a envolver rapidamente aqueles que, em virtude da instabilidade da profissão, mudam de escola frequentemente, procurando assim recuperar forças que colmatem a saída de muitos docentes para a reforma;

3.1.7.3 o aumento da intervenção nas estruturas culturais existentes nos concelhos e a dinamização da luta em defesa do acesso à criação e à fruição cultural;

3.1.7.4 – o reforço da intervenção dos militantes comunistas no movimento sindical, de forma a aumentar a actividade sindical, a sindicalização e a eleição de delegados sindicais.

3.2 Juventude

3.2.1 A resolução do Comité Central sobre reforço do Partido aponta a necessidade de aprofundar a intervenção junto da juventude, dando resposta aos anseios desta camada etária e promovendo a intervenção partidária e a acção unitária tendo em conta as suas realidades específicas, no âmbito da luta mais geral que travamos.

3.2.2 Sendo a JCP a organização de juventude do Partido e o seu principal instrumento de intervenção, o Partido não se pode desresponsabilizar, quer do acompanhamento, quer da sua acção dirigida às grandes questões que tocam a juventude. Importa, por isso, definir linhas de acção para esta frente, em regular e permanente articulação com a JCP.

3.2.3 São orientações:

3.2.3.1 assumir que o reforço da JCP é uma tarefa do Partido;

3.2.3.2 acompanhar a acção da JCP apoiando o seu trabalho. Dar a conhecer aos militantes do Partido a sua intervenção e actividade;

3.2.3.3 reforçar a acção junto de empresas e locais de trabalho tendo como tarefa prioritária garantir o rejuvenescimento das células de empresa e sectores profissionais e formar quadros capazes de assumir maiores responsabilidades, em especial, no MSU e CT;

3.2.3.4 definir quais as empresas e locais de trabalho com elevada concentração de juventude e elaborar planos de contacto regular e a edição de propaganda específica;

3.2.3.5 elevar a compreensão para a importância do papel dos sindicatos, da sindicalização e da actividade da Interjovem, assente nas comissões de juventude dos sindicatos;

3.2.3.6 reforçar o trabalho de massas promovendo acções específicas, em colaboração com a JCP junto da juventude, esclarecendo e mobilizando para a luta em torno de questões concretas – o desemprego, os problemas da habitação, o direito à cultura e ao desporto, entre outras;

3.2.3.7 conhecer melhor e reforçar o trabalho junto do Movimento Associativo Juvenil ligado ao teatro, música, dança, arte literária, artes urbanas, defesa do ambiente, entre outros;

3.2.3.8 para concretizar as orientações é importante a recomposição e o funcionamento regular do grupo de trabalho, que deve definir no início de cada ano um plano de trabalho do Partido para a Juventude.

3.3 Reformados

3.3.1 No Distrito de Lisboa vivem perto de 800 mil reformados e pensionistas, havendo mais mulheres (54%) do que homens (46%), do total dos quais, 72,7% pertencem à Segurança Social e 27,3% à Caixa Geral de Aposentações. Dos pensionistas da Segurança Social perto de 410 mil pessoas (70,9%) auferem pensão de velhice, 23,4% pensão de sobrevivência e 5,7% pensão de invalidez.

3.3.2 As pensões de reforma são o principal meio de subsistência da população mais idosa. Nas últimas décadas de política de direita concretizada por PS, PSD e CDS, a maioria dos reformados não teve aumento. O governo PSD/CDS procedeu a diversas modalidades de cortes, ao aumento brutal dos impostos e das injustiças fiscais e a supressão do subsídio de férias e de Natal. Os pensionistas com longas carreiras contributivas para acederem à pensão antecipada viram o factor de sustentabilidade aumentar de forma drástica.

3.3.3 O valor médio das pensões da Segurança Social no Distrito é de 415 €. Trata-se de um valor muito baixo que coloca os reformados abaixo ou no limiar da pobreza.

3.3.4 Há que assinalar as propostas do Partido que levaram a três aumentos de 10€ no valor das pensões de reforma, bem como a reposição do pagamento na íntegra do subsídio de Natal, importantes conquistas para mais de 1 milhão de reformados.

3.3.5 No distrito de Lisboa existem 39 associações de reformados filiadas no MURPI, que desenvolvem actividades lúdicas e reivindicativas. Muitas delas acabam por assumir valências de acção social com o objectivo de corresponder a anseios e carências económicas dos reformados,

pensionistas e idosos associados e num quadro em que o Estado se demite das suas responsabilidades.

Gradualmente têm-se vindo a transformar em IPSS, sofrendo a influência e a pressão dos governos decorrentes dos apoios que recebem.

3.3.6 É papel dos comunistas:

3.3.6.1 reforçar estas estruturas e orientar a sua acção para o fortalecimento da sua capacidade reivindicativa e de luta e contribuir para o reforço do MURPI e da FARPIL;

3.3.6.2 sensibilizar os reformados para a necessidade de reforçar as comissões de reformados nos sindicatos, desenvolver a sua intervenção e cuidar do papel activo que a Inter-Reformados Lisboa, no plano da USL, pode e deve ter na coordenação e dinamização da acção dos sindicatos neste âmbito;

3.3.6.3 acompanhar as várias expressões do movimento dos reformados, designadamente as universidades seniores e outras expressões no plano cultural;

3.3.6.4 divulgar e afirmar as propostas e os objectivos do Partido nos locais onde se concentram os reformados, através de propaganda específica e de sessões de esclarecimento nas Associações pelo menos duas vezes por ano;

3.3.6.5 reforçar as estruturas do Partido que intervêm nesta frente, promovendo a constituição e dinamização de células de reformados e de outros organismos nesta área.

3.3.6.6 continuar a sensibilizar os camaradas reformados dos sectores profissionais e das células de empresa para se integrarem no trabalho das organizações locais da sua área de residência.

3.4 Micro, Pequenos e Médios Empresários (MPME)

3.4.1 No conjunto dos 9 concelhos do distrito de Lisboa que integram a AML contabilizam-se mais de 255 mil MPME, sendo que destas, menos de 9 mil têm mais de 10 trabalhadores. Trabalham nestas empresas, mais de 60% do número total de empregados na região. Por estes dados se constata o peso e importância das MPME na economia da região.

3.4.2 Os anos do Pacto de Agressão deixaram marcas profundas na fragilização e destruição

destas empresas que estão longe de terem invertido o sentido de declínio. Regista-se, contudo, um conjunto de medidas positivas, conquistadas pela intervenção política do PCP e pela reivindicação dos MPME, designadamente a redução do IVA na restauração, a eliminação do Pagamento Especial por Conta e o alargamento do volume anual de negócios a partir do qual se aplica a exigência da revisão legal de contas.

3.4.3 No entanto, continuam por concretizar muitas das medidas que contribuiriam de forma decisiva para a recuperação destes sectores. Com efeito, foi aprovado na Assembleia da República, por proposta do PCP, um programa de desburocratização e apoio às MPME com oito linhas de intervenção que, no essencial, o governo do PS não leva à prática. A aplicação deste programa é elemento central da acção do Partido na defesa dos direitos e interesses desta camada da população e de parte substancial da economia nacional.

3.4.4 Estes milhares de MPME vêem-se diariamente num conflito de interesses com as grandes empresas capitalistas, o que os aproxima dos interesses e ambições da maioria do povo. No entanto, confrontam-se com significativas dificuldades, objectivas e subjectivas, no processo de organização e luta.

3.4.5 São orientações para a intervenção do Partido:

3.4.5.1 – trabalhar para elevar a sua compreensão do papel que devem desempenhar na defesa dos seus interesses colectivos;

3.4.5.2 divulgar e valorizar a acção, proposta e projecto do Partido;

3.4.5.3 organizar os comunistas que são MPME de forma a intervir em cada realidade concreta seja por área geográfica, seja por sector de actividade;

3.4.5.4 promover a participação e reforço das estruturas unitárias, designadamente a CPPME e os seus núcleos concelhios.

3.5 Pequenos e Médios Agricultores

3.5.1 Nos últimos anos, os problemas dos pequenos e médios agricultores agravaram-se substancialmente.

3.5.2 Também no Distrito de Lisboa se intensifica a destruição da pequena agricultura, sendo substituída pela agricultura pertencente aos grandes proprietários e grupos distribuidores, nacionais e internacionais.

3.5.3 A produção de fruta, vinhos e produtos hortícolas, características desta região, estão sujeitas aos ataques dos grandes grupos económicos, quer através da ofensiva aos direitos de plantação da vinha, quer através dos preços irrisórios pagos aos agricultores pelos seus produtos, quer ainda pelos enormes atrasos nesses pagamentos, tornando insustentável a continuação da produção por parte de muitos dos pequenos produtores.

3.5.4 À destruição das pequenas explorações agrícolas e aos preços irrisórios pagos aos agricultores somam-se as exigências fiscais e burocráticas, que asfixiam as pequenas Cooperativas e dificultam a existência das associações agrícolas.

3.5.5 Orientações:

3.5.5.1 continuar a trabalhar para o reforço da Associação de Agricultores do Distrito de Lisboa (AADL), como forma de defender os interesses dos pequenos e médios agricultores do Distrito;

3.5.5.2 desenvolver iniciativas e reuniões do Partido nos concelhos do Oeste e do Norte do Distrito, com a AADL, agricultores e eleitos, como forma de um maior conhecimento e denúncia das condições existentes;

3.5.5.3 apoiar e mobilizar os pequenos produtores nas suas reivindicações e nas suas lutas, esclarecendo e criando condições para uma linha de trabalho junto dos pequenos agricultores;

3.5.5.4 continuar a promover visitas a explorações agrícolas e reuniões com os pequenos produtores e os deputados na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, conduzindo a acções em defesa dos seus interesses;

3.5.5.5 no início de cada ano, a DORL deve definir um plano de trabalho com vista ao reforço da influência do Partido junto dos agricultores.

3.6 Mulheres

3.6.1 A evolução da situação da grande maioria das mulheres é marcada pelo fosso entre o reconhecimento da igualdade de direitos na Lei e o seu incumprimento na vida, resultando em condições

de vida e de trabalho profundamente injustas, intensa exploração, desemprego, trabalho parcial e trabalho precário, desigualdade salarial, o que se traduz no seu empobrecimento e se repercute numa espiral de desigualdades e discriminações das mulheres na família, na maternidade e na sociedade em geral. As tarefas domésticas ainda recaem, maioritariamente, sobre as mulheres.

Ao mesmo tempo há que assinalar os avanços ao nível da participação das mulheres em profissões mais qualificadas

3.6.2 No distrito de Lisboa 30% das mulheres trabalhadoras recebem o salário mínimo nacional, a taxa de desemprego das mulheres é de 9,17%, um quinto das mulheres trabalhadoras tem contrato precário, com maior incidência nas jovens trabalhadoras, e 71% das doenças profissionais são contraídas por mulheres.

3.6.3 Salienta-se o papel do PCP como o Partido que assumiu desde sempre a luta pelos direitos das mulheres e pela sua emancipação. Destaca-se a intervenção das organizações e militantes, seja na acção própria do Partido, seja no contributo para o fortalecimento e dinamização do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), das estruturas do movimento sindical unitário e de outras organizações de trabalhadores, determinantes no elevar da participação das mulheres na luta, não só para a sua mobilização e resistência como para desenvolver a sua consciência social e política. Destacam-se entre muitas outras acções, as manifestações nacionais de mulheres promovidas pelo MDM e as dezenas de acções promovidas pelo PCP em todo o distrito, assinando o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

3.6.4 A violência contra as mulheres, nomeadamente a violência doméstica, assume proporções e contornos de grande gravidade, cujas causas têm de ser combatidas com políticas sociais e políticas de protecção e assistência, criando os meios necessários à aplicação da legislação existente que garanta a prevenção desta grave situação.

3.6.5 Também a prostituição, uma forma de violência aviltante, que humilha e fragiliza as suas vítimas, é agora alvo de concepções de aparência moderna e ditas de protecção mas que apenas visam colocar as pessoas prostituídas ao serviço de um negócio gigantesco e sórdido. Este seria

o resultado se a prostituição passasse a ser reconhecida, regulamentada e promovida como trabalho sexual, como é defendido pelo BE e por sectores ligados ao PS. Urge encarar este flagelo como uma grave violência contra as mulheres.

3.6.6 No plano da ORL do PCP é indispensável que se compreenda a importância de uma acção política dirigida às mulheres trabalhadoras, particularmente atingidas por desigualdades salariais e discriminações. Enquadrar a luta das mulheres pelos seus direitos, na luta mais geral dos trabalhadores contra a exploração e a discriminação, é o caminho.

3.6.7 Orientações:

3.6.7.1 dar combate a todas as linhas discriminatórias contra as mulheres, bem como à ofensiva ideológica que procura dividir homens e mulheres, fragilizando a unidade dos trabalhadores contra a exploração capitalista;

3.6.7.2 ter em conta no trabalho de direcção os meios necessários de organização e de quadros que garantam os avanços a concretizar nesta frente de trabalho no plano do distrito;

3.6.7.3 discutir e aprovar nos organismos de direcção um plano de trabalho anual com acções a desenvolver, que esclareçam, mobilizem e organizem as mulheres para a luta em defesa dos seus direitos e para a luta geral dos trabalhadores;

3.6.7.4 desenvolver uma linha de recrutamento dirigido e de responsabilização de mais mulheres por tarefas de direcção, o que pode contribuir para o reforço do trabalho nesta área.

3.7 Pessoas com deficiência

3.7.1 As pessoas com deficiência e suas famílias são um dos sectores da população mais vulneráveis, onde a pobreza é factor potenciador dessas vulnerabilidades. Tem sido muito grande a propaganda dos consecutivos governos relativamente aos direitos das pessoas com deficiência. Na nova fase da vida política nacional foi aberta a perspectiva de algumas medidas de resposta a que o governo minoritário do PS tem resistido e cuja concretização tem adiado.

3.7.2 O PCP tem desenvolvido trabalho no sentido da resposta às justas reivindicações que as pessoas com deficiência e as suas organizações têm levado a cabo, reivindicações transversais a

todos os tipos de deficiência, seja na melhoria de condições para os cuidadores e na progressiva gratuitidade do atestado multiusos, seja em mais e melhores ajudas técnicas ou em produtos de apoio. São ainda relevantes as propostas do Partido para a adopção de uma óptica da prevenção e do diagnóstico precoce.

Persistem as limitações e incumprimentos no que respeita às barreiras arquitectónicas que inviabilizam as acessibilidades, continuando a não ser cumprida a legislação em vigor e persistindo a ausência de penalizações.

3.7.3 A questão das acessibilidades revela-se de significativa importância por exemplo, no acesso à Saúde ainda hoje existem no distrito hospitais e centros de saúde que não são acessíveis, A acessibilidade ao espaço público, onde persistem barreiras, como é o caso dos problemas ainda existentes nomeadamente com o edificado público, é essencial para garantir às pessoas com deficiência uma vivência plena da cidade nas suas várias componentes.

No distrito de Lisboa tem tomado especial destaque a flagrante falta de acesso a transportes públicos adaptados. São várias as estações do Metro de Lisboa sem acessibilidade e muitas outras que, apesar de terem elevadores, estão permanentemente avariados. Nos autocarros são constantes as avarias das rampas e, quando existem, muitas vezes são limitadas por barreiras no próprio espaço público que impedem o acostamento dos autocarros e conseqüentemente o seu uso. No transporte fluvial continua a falta de segurança para cadeiras de rodas entrarem e permanecerem nos barcos, as casas de banho das estações não estão adaptadas. No transporte ferroviário é preciso marcar com antecedência a viagem para que a rampa de acesso ao comboio esteja disponível na estação.

Para além das questões de direitos sociais básicos, como o acesso à saúde, ao ensino, ou à habitação, não podem ser desvalorizados os aspectos do acesso à cultura e ao desporto, pois estes são factores que ajudam os cidadãos com deficiência a serem cidadãos de pleno direito, de forma a garantir a integração e a inclusão social da pessoa com deficiência.

3.7.4 No plano da Organização Regional de Lisboa do PCP, ainda que importe relevar os avanços registados no envolvimento dos seus quadros nesta frente de trabalho, nomeadamente no que respeita à inserção em estruturas unitárias, que em Lisboa têm sedes nacionais e regionais (CNOD, APD, ANDST, ADFA, FENACERCI, ACAPO, APEC), são muito poucos os avanços alcançados na estruturação do trabalho.

A principal prioridade é estruturar o trabalho ao nível regional e concelhio, elemento de enorme importância para a intervenção do Partido e para o aumento da sua influência nas estruturas unitárias da área da deficiência.

4 A intervenção e luta no Distrito de Lisboa

4.1 A luta dos trabalhadores

4.1.1 A luta dos trabalhadores e das populações nos últimos 4 anos foi de grande significado, para a alteração da situação social vivida durante estes anos.

A classe operária e os trabalhadores, tal como em períodos anteriores, foram o alvo principal da brutal ofensiva contra os direitos sociais e laborais.

Uma política concretizada pelo Governo PSD/CDS em articulação com o grande capital e o grande patronato, fez crescer a ofensiva contra os direitos sociais e laborais no sentido do aumento da exploração.

Uma ofensiva acompanhada de um intenso ataque ideológico, e que teve expressão no roubo de quatro feriados e no número de dias de férias, no assalto às horas extraordinárias, no congelamento de salários e carreiras, no corte nos salários, no aumento brutal dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, no aumento e desregulação dos horários de trabalho, ao mesmo tempo que aumentavam os benefícios fiscais às grandes empresas.

Assumiu particular importância no plano das relações laborais a ofensiva contra a contratação colectiva e a organização dos trabalhadores, procurando limitar a luta e a capacidade de intervenção do movimento sindical unitário.

A manutenção de uma política que fomentou o desemprego, a precariedade e os baixos salários, teve e tem como objectivo subjugar os trabalhadores a uma vida difícil, procurando limitar a sua capacidade reivindicativa.

Mas a capacidade, a justeza, e a convicção inabalável dos trabalhadores de que só a sua luta podia alterar este rumo, demonstrou, a partir dos locais de trabalho e da sua convergência para a luta mais geral, que é possível alterar a seu favor a correlação de forças.

Luta que, assumindo expressões diversas, foi capaz de e em torno de reivindicações concretas, levar a cabo a conquista, defesa e reposição de muitos direitos roubados.

4.1.2 Na nova fase da vida política nacional, com a alteração da correlação de forças na Assembleia da República, a intervenção do Partido e a luta dos trabalhadores, foi possível impedir ou travar medidas negativas, defender, repor e conquistar

direitos, numa situação em que persistem os objectivos e a acção do grande capital para o agravamento da exploração e a opção do PS de compromisso com esses interesses de classe. Aliás, só a luta dos trabalhadores e o contributo decisivo do PCP tornaram possível esse caminho e neste novo quadro a correlação de forças torna mais difícil prosseguir os objectivos do grande capital e dos seus governos, pelo que a luta dos trabalhadores e das populações assume particular importância na defesa dos seus interesses e na afirmação da ruptura com a política de direita e na construção da alternativa política patriótica e de esquerda.

4.1.3 O aumento da exploração, a destruição de postos de trabalho, a desvalorização dos salários e a degradação das condições de vida e de trabalho, a generalização da precariedade, o embaçamento e a facilitação dos despedimentos, o aumento e desregulamentação dos horários de trabalho, o corte no pagamento do trabalho extraordinário, o ataque à contratação colectiva, o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, a crescente repressão e chantagem nos locais de trabalho por parte do patronato, a intimidação, a ameaça e as represálias representam parte da ofensiva a que os trabalhadores deram uma imensa resposta reivindicativa e de luta, visando alterar esta realidade. Os comunistas no distrito Lisboa, em particular os dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores dinamizaram, mobilizaram e dirigiram um amplo movimento reivindicativo a partir dos locais de trabalho pelo aumento geral dos salários, pela redução dos horários de trabalho, e no combate à precariedade. Uma luta travada pela defesa da contratação colectiva, e em defesa dos postos de trabalho e direitos dos trabalhadores, pela defesa da produção nacional.

4.1.4 É de salientar, nas muitas lutas travadas, a participação nas lutas gerais, com destaque para a concentração na Assembleia da República, em 10 de Novembro de 2015, em que os trabalhadores rejeitaram o governo PSD/CDS e saudaram a sua derrota, a concentração no Largo do Camões pela exigência do cumprimento da Constituição por parte do PR/Cavaco Silva, as manifestações da Juventude Trabalhadora, o Roteiro contra a Precariedade (Março de 2017), as manifestações

pela valorização do trabalho e dos trabalhadores (3/6/17, 18/11/17 e 9/6/18), as semanas de esclarecimento, acção, reivindicação e luta.

No plano sectorial e de empresa, as lutas dos trabalhadores da administração pública central e local pelas 35 horas, pelos salários e pelas carreiras, nas diversas autarquias do distrito; no ensino a prolongada luta dos professores, dos trabalhadores não docentes e educadores de infância; na saúde a acção combativa da generalidade dos seus profissionais nos centros de saúde e nos hospitais. A luta dos oficiais de justiça, dos trabalhadores dos registos e notariado, dos vigilantes da natureza, dos guardas florestais, do IPMA, dos museus, do Teatro Nacional de S. Carlos, da Companhia Nacional de Bailado, dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, do CNP/Segurança Social, dos bolséis do LNEC e da Universidade de Lisboa.

Nos sectores do comércio, serviços, vigilância e limpeza tivemos a luta na grande distribuição, nas logísticas da Sonae e dos grupos Jerónimo Martins, Pingo Doce, Dia/Minipreço, Continente, Auchan/Jumbo, Lidl, El Corte Inglés, Aldi, Lojas Francas de Portugal, dos SAMS, da Reditus, dos Vigilantes da Prestibel, Safira e ISS, dos trabalhadores da Iberlim, da limpeza do Aeroporto, do Hospital da Cruz Vermelha e do Grupo Lusíadas.

Na indústria transformadora, sector das comunicações, energias e águas, as lutas na Valorsul, OGMA, Gráfica Funchalense, Seda Ibérica, INCM, Celcat, SaicaPack, EDP, Lojas EDP, EDP Ranstad, Petrogal, Triumph, Sacopor, Águas Tejo Atlântico, EPAL, CTT, PT e Thyssen.

No sector dos transportes a luta na Carris, Carristur, Carris Bus, dos Assistentes Aeroportuários, na SPDH/GroundForce, Metro de Lisboa, Rodoviária de Lisboa, Scotturb, Vimeca, nas Infraestruturas de Portugal, na CP Medway, na EMEF e Portway e no Sector do Táxi e dos Estivadores do Porto de Lisboa.

No sector da alimentação e hotelaria, na Matutano, Apapol, Sumol-Compal, Panrico, Elba Bolachas, Servirail, Bingo do Atlético, Hotel Marriot e dos trabalhadores das cantinas e refeitórios.

No sector financeiro na CGD, GNB-SSO e Fidelidade.

A luta das forças de segurança e dos militares na PSP, na GNR, dos inspectores da PJ e do SEF,

dos guardas prisionais, sargentos e oficiais de todos os ramos das Forças Armadas.

Para quem sempre procurou desvalorizar e diminuir a luta dos trabalhadores, estes deram uma resposta ao nível das exigências.

4.1.5 Com a derrota do Governo PSD/CDS foi possível travar a ofensiva contra as condições de vida dos trabalhadores e das populações, defender, repor e conquistar direitos. Há avanços, mas persistem os problemas e uma legislação laboral com normas gravosas que se impõe revogar.

A proposta de revisão da legislação laboral apresentada pelo Governo PS e votada na generalidade em convergência com o PSD e o CDS na Assembleia da República, a par do “chumbo” das propostas do PCP, mantém as normas gravosas e introduz medidas negativas, ao serviço dos interesses do grande capital.

Urge dar seguimento à luta que construímos e que estamos a dinamizar constituindo uma linha de trabalho prioritário, assumindo nessa luta reivindicativa o papel da luta ideológica e consciencialização política e social das massas trabalhadoras para a alternativa política patriótica e de esquerda.

Cabe aos comunistas dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de comissões de trabalhadores, a dinamização da acção reivindicativa e a luta pela sua concretização e o reforço e o rejuvenescimento da estrutura do MSU.

4.2 A luta das populações

4.2.1 Consequência das opções da política de direita, às quais se associam as políticas municipais com ela convergentes, as condições de vida das populações do distrito de Lisboa continuam a ser alvo de ataque.

As organizações locais do Partido têm um papel fundamental na dinamização da luta organizada das populações, como componente essencial do seu trabalho. A partir do objectivo de prosseguir e aprofundar a ligação às massas, o trabalho de organização e a estrutura das organizações locais do Partido devem ser concebidos em função do indispensável alargamento da sua influência e capacidade de resposta aos problemas dos trabalhadores e das populações.

4.2.2 Importa referir que desde a última Assembleia avançámos quer na compreensão, quer na efectiva concretização desta necessidade a partir da actividade das organizações locais do Partido, persistindo no entanto dificuldades em dar maior consistência a este trabalho.

A luta organizada das populações, através de acções próprias do Partido ou de movimentos unitários, tem impedido que a ofensiva aos direitos e aspirações das populações fosse mais longe, nomeadamente no que respeita às funções sociais do Estado.

Sendo uma linha de trabalho importante, importa estreitar a articulação e a convergência da luta das populações com a luta dos trabalhadores, como elemento destacado para o atingir dos objectivos.

4.2.3 É sob um permanente ataque que as populações têm respondido, desenvolvendo a luta na defesa dos seus direitos e interesses. Luta que se traduziu em manifestações, concentrações, sessões, abaixo-assinados e outras acções, que se contam em centenas, envolvendo milhares de pessoas, onde as organizações locais do Partido, a CDU nas autarquias e os seus eleitos, as comissões de utentes e outros movimentos e estruturas unitárias estiveram na linha da frente da mobilização das massas.

4.2.4 A luta pelo direito à **Habitação** tomou desde a última Assembleia grande centralidade na luta desenvolvida pelas populações do distrito. Aproveitando a lei dos despejos e a conjuntura do crescimento do turismo, os especuladores compram casas, edifícios, quarteirões inteiros e terrenos onde constroem novas habitações para fins especulativos, despejando os inquilinos e expulsando os residentes das cidades. Assim, em especial nos últimos anos, o valor das rendas e o preço do metro quadrado em todo o distrito aumentaram desmedidamente, tendo como epicentro da especulação a cidade de Lisboa, mas, propagando-se em ondas de choque, os valores da habitação são hoje insuportáveis para a larga maioria das famílias do distrito.

4.2.4.1 A Constituição da República consagra o direito à habitação e indica o que devem fazer os governos para concretizar este direito social básico. Embora obrigados a cumprir a Constituição

da República, os consecutivos governos do PS, PSD e CDS não só não a cumprem, como aprovam legislação que favorece a especulação imobiliária e os interesses dos grandes proprietários.

4.2.4.2 Nesse sentido, destaca-se a luta pelo direito à habitação, contra a especulação imobiliária, na luta pela revogação do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), pela regulação e limitação do alojamento local, pelo direito a uma habitação digna. A AIL (Associação dos Inquilinos Lisbonenses) tem tido um papel destacado nesta luta.

4.2.5 Na **Saúde**, destacam-se as acções em defesa do Serviço Nacional de Saúde, convocadas quer pelo Partido quer pelo MUSP, e as várias acções de luta desenvolvidas pela Plataforma Lisboa em Defesa do SNS contra o encerramento de unidades hospitalares, de centros e extensões de saúde e de serviços hospitalares específicos.

4.2.6 Na **Educação**, em defesa da Escola Pública, pela gestão democrática, pelo reforço do número de trabalhadores, pela gratuidade dos manuais escolares, e em torno da necessidade de obras e melhoramentos do parque escolar.

4.2.7 Nos **Transportes e Mobilidade**, pelo passe social intermodal para todos os operadores, todas as carreiras e todos os horários, em toda a Área Metropolitana, contra a degradação do serviço público de transportes no Metro, na CP, na Carris e nas rodoviárias privadas que servem os vários concelhos; contra o estacionamento pago; pelo acesso para as pessoas com mobilidade reduzida;

4.2.8 No **Urbanismo**, contra o licenciamento desenfreado de hotéis e hostéis na cidade de Lisboa, contra os projectos de especulação imobiliária na Colina de Santana em Lisboa, contra a privatização e destruição do espaço público.

4.2.9 Na **Segurança das Populações**, pelo reforço dos meios materiais e humanos das esquadras e contra os encerramentos de esquadras na cidade de Lisboa.

4.2.10 Pelos **Serviços Públicos**, na luta contra a privatização e o encerramento das Estações dos Correios e pela renacionalização dos CTT, contra a privatização da EGF e contra o encerramento das agências da Caixa Geral de Depósitos.

4.2.11 Em defesa da **Água Pública**, contra o aumento do preço da água e a luta contra a concessão da sua distribuição em Cascais, Alenquer e Azambuja.

4.2.12 Em defesa do **Ambiente**, contra a privatização do Parque Florestal de Monsanto, em defesa do Parque Natural Sintra-Cascais e da Quinta dos Ingleses de Carcavelos. Contra a construção em REN e RAN na Quinta da Carreira no Estoril e do Vale do Jamor em Oeiras.

4.2.13 Em defesa das **Funções Sociais do Estado**, contra o processo de desresponsabilização do Estado e contra a transferência de competências e de encargos para as autarquias.

4.2.14 Para além das acções próprias, o PCP acompanhou todos estes processos e contribuiu para a dinamização destas lutas. Lutas que se travaram e que se continuarão a travar. E, neste sentido, constituirão prioridades da luta das populações nos próximos tempos a luta pelo direito à habitação, por mais e melhores transportes públicos, pela reposição das freguesias e pela defesa das funções sociais do Estado, pelo que é necessário continuar a acompanhar, dinamizar e intensificar estas lutas no distrito.

A luta das populações constitui uma das principais fontes de reforço orgânico do Partido.

5 Organizações de Massas

5.1 Movimento Sindical Unitário / USL

5.1.1 Mantém-se o principal traço na caracterização do Movimento Sindical Unitário (MSU) no distrito de Lisboa: um forte compromisso de classe e empenho na luta em defesa dos direitos e reivindicações dos trabalhadores.

A intervenção do MSU, dos sindicatos da CGTP-*IN*, é no geral muito valorizada e de assumido respeito por parte dos trabalhadores.

5.1.2 Quanto à estruturação dos sindicatos e apesar da intensificação da ofensiva contra estes e das diferenças entre as diversas estruturas, a sindicalização, o reforço da estrutura de base, a capacidade de mobilização, dos trabalhadores e as lutas desenvolvidas demonstram o potencial instalado e a possibilidade de ir mais além, aproveitando tudo o que resulta dessas lutas e da capacidade de intervenção existente.

5.1.3 A União dos Sindicatos de Lisboa, pela sua intervenção, pelo seu papel de direcção da luta do distrito, por se assumir como elemento de envolvimento dos sindicatos nela filiados, mesmo com os não filiados, com a participação e contributo em decisivas lutas dos trabalhadores e sobre problemas sociais, em defesa da paz, entre outras lutas, continua a afirmar o movimento sindical unitário no distrito e com maior capacidade de mobilização.

5.1.4 A Interjovem Lisboa tem procurado alargar uma linha de contacto e de influência junto dos jovens trabalhadores, em articulação com a intervenção dos vários sindicatos que intervêm no distrito.

Apesar das dificuldades que se fazem sentir e da necessidade da concretização de trabalho sindical dirigido que envolva os jovens trabalhadores em cada estrutura com a criação e dinamização de comissões de jovens nos sindicatos, pode afirmar-se que a Interjovem desenvolveu ao longo destes anos um trabalho de grande relevo, quer na dinamização da “Campanha contra a precariedade” e na mobilização e participação nas grandes acções de luta, quer na construção das manifestações do 28 de Março, Dia Nacional da Juventude. A intervenção junto dos jovens trabalhadores tem que ter como premissa o conhecimento da realidade laboral destes e a consequente dinamização da acção reivindicativa a partir dos locais de trabalho.

5.1.5 A Inter-Reformados de Lisboa, no plano da USL, tem e deverá continuar a ter um papel activo na coordenação da acção dos sindicatos neste âmbito e na dinamização para a acção junto dos trabalhadores reformados. Regista-se um desenvolvimento, mesmo que insuficiente, na criação de comissões de reformados nos sindicatos ainda que sem grande intervenção sobre os problemas concretos dos reformados do seu sector.

5.1.6 A ofensiva contra a luta organizada dos trabalhadores, aproveitando as diversas medidas aprovadas sobre a legislação laboral, tem levado a que o grande capital procure atacar a contratação colectiva e procure consumir a sua caducidade; tem levado a uma precarização dos vínculos e condições de trabalho dos trabalhadores e a uma estagnação no que diz respeito à matéria salarial, ainda que com algumas importantes vitórias; tem utilizado para isso a estratégia da conciliação de classes, recorrendo aos mais diversos espaços ou instrumentos que o capital e os governos ao seu serviço têm criado: a UGT, sempre disponível para essa conciliação, ou outros sindicatos que procuram manipular e dividir os trabalhadores.

5.1.7 Aos comunistas no MSU cabe a responsabilidade de levar adiante e sob o quadro desta ofensiva a defesa do MSU de classe e de massas, que o projecto da CGTP-IN representa, intensificando a intervenção nos locais de trabalho, contribuindo para a unidade e para a convergência na luta com todos quantos defendam os trabalhadores. Persistindo nas linhas de orientação já definidas, como a acção sindical integrada, a acção reivindicativa a partir dos locais de trabalho, o desenvolvimento da luta, o reforço da intervenção sindical e o reforço da estrutura de base, continuar o processo de reestruturação administrativa e financeira das estruturas onde intervêm.

5.2 Movimento das Comissões de Trabalhadores

5.2.1 As Comissões de Trabalhadores continuam a desempenhar um papel relevante em muitas empresas do Distrito.

A par do papel que a Constituição lhes atribui, as CT conseguiram em muitas situações dar ainda importantes contributos para o re-

forço da unidade e da luta dos trabalhadores. Nas empresas onde existem Comissões de Trabalhadores é tarefa dos comunistas contribuir para o seu reforço e para o reforço do seu carácter unitário e do seu prestígio.

5.2.2 A CIL – Coordenadora das CT do Distrito de Lisboa – tem dado um importante contributo para o reforço do movimento, nomeadamente com a edição de um Boletim e a participação nos Encontros Nacionais de Comissões de Trabalhadores.

5.2.3 Cada vez mais cerceados pela acção do patronato e pela cumplicidade das autoridades públicas, os direitos das Comissões de Trabalhadores exigem dos comunistas, em primeiro lugar, o seu pleno exercício, sem aceitar qualquer redução a um papel decorativo e inócuo, a par de um acção política constante de denúncia das violações cometidas e da apresentação de iniciativas legislativas que – a serem aprovadas – contribuiriam para o seu reforço.

5.3 Movimento Associativo Popular

5.3.1 No distrito de Lisboa, o prosseguimento da política de direita tem tido graves consequências directa ou indirectamente na vida das colectividades e dos dirigentes associativos.

5.3.2 A alteração da lei do arrendamento urbano provocou o encerramento da actividade de muitas colectividades devido ao aumento insustentável do valor das rendas. Sendo as Juntas de Freguesia o órgão do poder mais próximo e aquele que mais colabora com o associativismo popular, o seu processo de liquidação diluiu e diminuiu os apoios e ampliou as dificuldades em manter a actividade regular das colectividades.

5.3.3 Acentuaram-se as dificuldades de participação de dirigentes na vida associativa em consequência do agravamento das condições de vida, do aumento do desemprego, da desregulação e aumento dos horários de trabalho e da crescente precariedade dos vínculos, mas continuam a existir mais de mil estruturas do MAP no distrito, contando com a disponibilidade de vários milhares de dirigentes associativos, muitos deles comunistas.

Paradoxalmente assiste-se a uma tendência cada vez mais acentuada de “profissionalização”

do Movimento Associativo, onde estruturas, dirigentes e pessoal técnico e administrativo desenvolvem actividade, no âmbito de projectos e protocolos remunerados, financiados por entidades, na sua maioria, públicas – nomeadamente autarquias – mas também privadas.

5.3.4 Considera-se que foram dados alguns passos, de forma desigual entre organizações, no trabalho com o MAP nas freguesias e nos concelhos. São, no entanto, ainda insuficientes na intervenção e no envolvimento dos comunistas no plano unitário nas estruturas associativas. No distrito continuam a existir a Federação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, as Associações concelhias de Alenquer, Lisboa, Loures, e da freguesia de Vialonga e foi criada a Associação Concelhia de Alenquer.

5.3.5 São orientações:

5.3.5.1 impulsionar o desenvolvimento da acção do MAP no plano da cultura, do desporto, do recreio, de novas actividades e de resposta às aspirações da juventude;

5.3.5.2 desenvolver em conjunto com as diversas estruturas no distrito (Federação Distrital, associações concelhias e colectividades/ associações) acções reivindicativas junto do poder central e local, designadamente em torno dos direitos do movimento associativo e dos meios para a sua intervenção;

5.3.5.3 estimular a convergência da intervenção do MAP com outros movimentos populares de massas em torno dos problemas sociais e das populações;

5.3.5.4 na sequência da acção de contactos, actualizar a informação sobre os camaradas que temos em estruturas do MAP e, começando por este conhecimento em cada freguesia, analisar essa realidade e ver as formas de organizar o seu enquadramento e o apoio à sua intervenção;

5.3.5.5 continuar a responsabilizar quadros nos concelhos por esta tarefa;

5.3.5.6 promover o enquadramento, a orientação e o apoio à actividade dos comunistas no MAP e dando regularidade e funcionamento à Coordenadora Distrital e ao organismo dos comunistas na Federação Distrital;

5.3.5.7 contribuir, no âmbito da intervenção no distrito, para o reforço das estruturas do Movimento.

5.3.5.8 divulgar as propostas do Partido junto do MAP, através do trabalho das Comissões de Freguesia e Concelhias.

5.4 Os Bombeiros Voluntários

5.4.1 O movimento dos Bombeiros Voluntários no distrito de Lisboa é constituído por 57 Associações e Corpos de Bombeiros, onde se inclui a Federação Distrital: nele participam cerca de 500 dirigentes, 3.350 bombeiros voluntários, contando com 1.645 trabalhadores.

5.4.2 As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, para além da actividade de protecção e socorro que realizam, desenvolvem um conjunto muito diversificado de actividades associativas no campo do desporto, da cultura do recreio e na prestação de serviços.

5.4.3 A intervenção dos comunistas e amigos do Partido tem-se consolidado e mesmo alargado a novas associações, com destaque para a participação nos corpos dirigentes da Federação Distrital de Bombeiros.

5.4.4 Principais orientações de trabalho:

5.4.4.1 defender e fortalecer a autonomia e independência dos bombeiros voluntários, prosseguir a luta para assegurar o seu financiamento adequado através do Orçamento do Estado, apoiar e incentivar o voluntariado, defender a justa regulamentação laboral dos bombeiros assalariados;

5.4.4.2 aprofundar o conhecimento e a ligação com as Associações de Bombeiros Voluntários;

5.4.4.3 defender e apoiar aos vários níveis, a resolução das graves carências e necessidades dos Corpos de Bombeiros no distrito e em cada concelho;

5.4.4.4 prosseguir e aprofundar a participação e a organização dos membros do Partido que intervêm nas várias estruturas associativas de bombeiros, particularmente ao nível concelhio.

5.5 Outras estruturas e movimentos

5.5.1 Movimento pela Paz e Solidariedade Internacionalista

5.5.1.1 A evolução da situação política internacional e a crise do capitalismo voltam a colocar na ordem do dia a luta pela Paz. O movimento da Paz, nomeadamente o CPPC mas também outras organizações, tem tido um acréscimo de actividade, com a realização de dezenas de acções de solidariedade, contra a guerra e pela amizade entre os povos, de que se destaca o grande Encontro pela Paz realizado em Outubro deste ano, em Loures, que juntou 700 pessoas e dezenas de estruturas. Os comunistas no distrito de Lisboa têm dado o seu contributo na participação e mobilização para as diversas acções realizadas.

5.5.1.2 O imperativo de reforçar a luta pela Paz coloca-nos a necessidade de incrementar a iniciativa própria do Partido, bem como no plano unitário no âmbito do distrito, e não só a inserção nas acções desenvolvidas centralmente, ainda que em Lisboa.

5.5.2 URAP

5.5.2.1 A URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses – tem desenvolvido intensa actividade de combate e esclarecimento contra o branqueamento do fascismo e a reescrita da história, por parte de todos os que, de várias formas, estão submetidos à ideologia e prática das classes dominantes.

5.5.2.2 É de salientar o contributo que a ORL tem dado para o reforço e afirmação da URAP através da criação de núcleos, a realização de iniciativas, sessões nas escolas e outras acções.

5.5.2.3 Temos de prosseguir nesta linha, privilegiando o combate ideológico contra o branqueamento do fascismo, a adulteração da história no plano nacional e internacional e o esclarecimento das populações e, especificamente, das novas gerações, contribuindo para o reforço da URAP e a criação dos seus núcleos em todos os concelhos e um pouco por todo o Distrito.

5.5.3 IPSS

5.5.3.1 Tem cabido às IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social – entre outras

entidades do chamado “sector social” (Cooperativas, Misericórdias, Mutualistas, etc.) colmatar as graves lacunas da resposta do Estado ao rasto de pobreza, exclusão social e abandono dos mais desfavorecidos, que as políticas de PS, PSD e CDS têm provocado.

No distrito de Lisboa as mais de 500 IPSS respondem diariamente a muitas funções em áreas tão cruciais como o apoio aos idosos, à deficiência, aos jovens em risco, à primeira infância ou à violência doméstica. A influência do Partido nestas estruturas é diminuta.

5.5.3.2 São linhas de trabalho a desenvolver pelos comunistas:

5.5.3.2.1 uma intervenção coordenada no combate à desresponsabilização do Estado do seu dever constitucional em responder às carências nas áreas da primeira infância, deficiência e terceira idade. No imediato exige-se a transferência de verbas suficiente para as IPSS prestarem um serviço eficaz aos seus utentes e pagarem salários dignos aos seus trabalhadores;

5.5.3.2.2 acompanhamento regular aos trabalhadores deste sector, em defesa dos seus direitos e anseios;

5.5.3.2.3 a realização de uma reunião regular com os camaradas das direcções destas estruturas para troca de experiências e dar conteúdo político à sua acção.

5.5.4 Imigrantes

5.5.4.1 É necessário o aprofundamento do tema e dar a conhecer as posições do Partido ao nível da Assembleia da República.

5.5.4.2 É necessário compreender o papel do Estado, das políticas de imigração e das barreiras que dificultam o acesso dos imigrantes a direitos básicos, como a habitação, o trabalho, ou a educação, engrossando a espiral que muitas vezes os empurra para a ilegalidade, marginalizando-os. Esta situação é do interesse do grande capital, que assim dispõe de mão-obra barata para explorar sempre que quer e tem servido nos últimos anos para alimentar o discurso racista e violento da extrema-direita.

5.5.4.3 É necessário analisar o tema a partir de uma perspectiva de classe, sob um ponto de vista laboral: a união dos trabalhadores, a superação

da exploração laboral e a satisfação das necessidades básicas são o caminho para acabar com as barreiras e os preconceitos entre povos.

5.5.4.4 Assim, as prioridades para esta frente de trabalho são:

5.5.4.4.1 realizar uma discussão mais regular e aprofundada sobre o tema;

5.5.4.4.2 procurar ligar e estruturar a acção dos militantes ligados a associações, colectividades e grupos informais que tenham contacto com os problemas dos imigrantes, destacando o papel da Frente Anti Racista;

5.5.4.4.3 estabelecer contactos com o movimento associativo para conhecer as suas preocupações e divulgar as propostas do PCP.

5.5.5 Associações de Pais

5.5.5.1 A evolução da situação das associações de pais no distrito de Lisboa não se desenvolveu da forma mais apropriada devido à diminuição da sua capacidade reivindicativa e da intervenção organizada dos comunistas, e à crescente assimilação de muitas delas na gestão antidemocrática das escolas e na tomada de responsabilidades que competem ao Estado, nomeadamente com o recurso e entrega a privados de funções e serviços.

5.5.5.2 O objectivo dos comunistas deve passar por voltar a colocar as associações de pais na luta em defesa da Escola Pública e de um ensino público, gratuito e de qualidade.

5.5.5.3 A redinamização do trabalho do Partido no distrito passa, no imediato, pela constituição de um grupo de trabalho que faça o levantamento da situação actual e dinamize e acompanhe o trabalho dos comunistas nestas estruturas.

5.5.6 Movimento “Erradicar a Pobreza”

5.5.6.1 O distrito de Lisboa continua a manter um número significativo de pessoas em situação de pobreza, incluindo trabalhadores a receber salário ou aqueles que recebem pensão ou reforma, mas cujos valores sendo baixos não lhes permitem sair dessa situação.

5.5.6.2 Desde a última Assembleia da ORL surgiu o movimento “Erradicar a Pobreza” que foi congregando muitas pessoas de diferentes sectores, entre elas militantes comunistas. Foi mais uma resposta à necessidade sentida por todos os

que se recusam a ficar indiferentes e trabalham, de uma forma permanente e persistente, para acabar com este dramático flagelo social.

Assim tem vindo a acontecer no distrito de Lisboa onde este movimento tem desenvolvido diversas acções de sensibilização, de protesto e de luta pela erradicação da pobreza.

5.5.7 Movimento Cooperativo

5.5.7.1 O Sector Cooperativo tem no distrito de Lisboa um número significativo de estruturas que abrange diversos sectores, nomeadamente de habitação, transportes, educação, consumo, produção e serviços. Neste sector destaca-se a intervenção e a luta das Cooperativas do Táxi, contra a destruição do sector.

5.5.7.2 A DORL deve aprofundar o conhecimento sobre este sector e tomar medidas de acompanhamento aos camaradas que aí intervêm.

5.5.8 Defesa do Meio Ambiente

5.5.8.1 Cresce a exigência para a tomada de medidas em defesa do meio ambiente. O distrito de Lisboa é particularmente sensível à poluição fluvial, em especial no Rio Tejo, à protecção das áreas verdes e protegidas sob constante pressão do grande capital – Parque Natural Sintra-Cascais, Tapada de Mafra, Parque Florestal de Monsanto, entre outras e à poluição atmosférica nas zonas urbanas.

5.5.8.2 A DORL não tem tido a coordenação adequada à intervenção das organizações e militantes que participam em estruturas e plataformas organizadas de defesa do meio ambiente. Situação que é preciso corrigir.

5.5.8.3 São prioridades a desenvolver a estruturação de trabalho nesta área, o aumento da intervenção dos comunistas em estruturas unitárias e estabelecer contactos periódicos com o movimento associativo para conhecer as suas preocupações e dar a conhecer as propostas do PCP.

6 A acção institucional e as próximas batalhas eleitorais

6.1 A acção institucional nas autarquias locais

6.1.1 Foi objectivo da última Assembleia da ORL procurar melhorar a intervenção do Partido e dos seus eleitos nos diversos órgãos autárquicos do distrito. Continuam, contudo, a persistir dificuldades em valorizar a obra realizada e em generalizar a todos os órgãos uma intervenção de denúncia e proposta e que a mesma se constitua como extensão da sua ligação às massas, aos seus problemas concretos.

6.1.2 Prossegue o ataque ao Poder Local Democrático, por via do contínuo subfinanciamento, seja pela transferência de encargos para as autarquias locais, ou pela não reposição de freguesias extintas, aprofundando o caminho de empobrecimento democrático, colocando-se inúmeras e novas exigências políticas à nossa intervenção, quer em situação de maioria, quer em minoria.

6.1.3 Concretizando um projecto autárquico distinto e na assunção do seu papel de vanguarda, o Partido e os seus eleitos deverão continuar a aprofundar a sua acção pela promoção da participação popular para uma efectiva gestão democrática, como motor das transformações necessárias ao serviço dos seus interesses e aspirações. Uma intervenção assente numa ideia: das populações para os órgãos e dos órgãos para as populações.

Devendo constituir-se sempre como contributo para o reforço e influência do Partido, essa acção deve permanentemente e em simultâneo traduzir-se em obra, na denúncia da política de direita e em proposta, no sentido de responder à resolução dos problemas concretos das populações e dos trabalhadores, inserindo-a na acção geral do Partido pela ruptura com a política de direita e pela construção da alternativa patriótica e de esquerda.

6.1.4 O papel de direcção do Partido, sem o qual não é possível assegurar uma direcção coesa e coerente com os princípios e objectivos de trabalho para esta frente, assume uma maior importância para a concretização do projecto autárquico do PCP.

6.1.5 O papel dos eleitos comunistas, comprometidos com uma conduta política onde o exercício do poder assenta no trabalho, honestidade e competência no desempenho das funções, na recusa dos benefícios pessoais e do uso indevido de meios, cumpre-se na ligação do Partido às massas, aos seus problemas concretos e na organização e mobilização da sua força reivindicativa em defesa dos seus interesses e aspirações, inserindo-a na luta pela concretização do projecto do Partido para o País.

Demasiadas vezes entende-se e restringe-se o trabalho autárquico à preparação das reuniões dos órgãos autárquicos, centrando a intervenção dos eleitos na discussão das ordens de trabalho das mesmas, desligando desta forma o trabalho autárquico e os eleitos da acção mais geral e das restantes tarefas que ao Partido se colocam. Os eleitos do Partido devem ser os porta-vozes das reivindicações populares, levando aos órgãos autárquicos tudo o que afecte a qualidade de vida das populações

6.1.6 Nas eleições autárquicas de 1 de Outubro de 2017 o resultado obtido pela coligação PCP-PEV confirmou a CDU como a grande força de esquerda no Poder Local.

O resultado obtido no distrito confirmou a força da CDU em importantes concelhos e freguesias, com a obtenção de 127.295 votos e de 13,63 % na votação para as assembleias municipais, o reforço da maioria na Câmara do Sobral de Monte Agraço, a manutenção da Câmara de Loures, a conquista da maioria em 14 freguesias. Foram eleitos 21 vereadores, 71 mandatos nas assembleias municipais e 260 nas assembleias de freguesia.

Sem prejuízo de recuos e perdas, os resultados confirmam o projecto distintivo da CDU marcado pelo trabalho, a honestidade e a competência, e são factores de confiança para a nossa intervenção.

6.1.7 Estas centenas de eleitos constituem uma considerável força de intervenção que, com a sua inserção no trabalho colectivo, através de estruturas específicas na organização do Partido, assume o seu papel na construção de orientações e no controlo da sua execução. Considerando ainda a participação de mais de 3800 candidatos nas listas da CDU, membros do

PCP, do PEV e independentes, reveste-se também de significativa importância manter e dar regularidade às reuniões e plenários CDU alargados, possibilitando, desta forma, manter ligados e envolvidos no trabalho os candidatos e activistas da CDU.

6.1.8 Os eleitos comunistas levam e continuarão a levar a cabo uma acção que deve expor a política de ataque aos serviços públicos e aos direitos dos trabalhadores da administração local, de favorecimento dos interesses especulativos e dos grandes grupos económicos, de abdicação da autonomia do poder local para a concretização dos objectivos da política de direita desenvolvida no plano local.

6.1.9 Os eleitos comunistas nos órgãos autárquicos levam e continuarão a levar a cabo uma intervenção enraizada na defesa dos interesses das classes e camadas mais desfavorecidas, pugnando pela justa transferência de meios para que, no quadro das suas atribuições e competências, o Poder Local Democrático cumpra o seu papel na melhoria das condições de vida das populações.

6.2 A acção institucional na Assembleia da República e no Parlamento Europeu

6.2.1 A acção dos deputados do PCP, ancorada no projecto do Partido para o País e enquanto instrumento da sua acção e intervenção, pautou-se pela defesa permanente dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, no combate às políticas negativas dos governos e das estruturas da União Europeia e pela afirmação da política alternativa patriótica e de esquerda, essencial ao desenvolvimento soberano de Portugal.

6.2.2 A acção dos deputados do Partido esteve sempre ligada à luta dos trabalhadores e do sectores e camadas antimonopolistas, participando solidariamente na luta dos trabalhadores e das populações, intervindo nas concentrações ou junto dos piquetes de greve, levando essas lutas e reivindicações à AR e ao PE, através da denúncia, de intervenções, requerimentos e perguntas ao Governo ou através de propostas legislativas sobre problemas que afectam a vida na região e no país.

6.2.3 Esta intervenção activa e qualificada na AR que prestigia o Partido, dando voz à luta do povo, complementada com audições, visitas a empresas e locais de trabalho, localidades, serviços públicos e instituições, pode continuar a ser reforçada com uma programação que aproveite toda a disponibilidade dos deputados do Partido, ajudando ao desenvolvimento da luta e ao aumento da influência do Partido.

6.2.4 No Parlamento Europeu, estrutura supranacional com regras de funcionamento muito pouco democráticas, os deputados do Partido intervieram dentro e fora deste, pela defesa da soberania nacional, dos trabalhadores e dos sectores económicos agredidos e ameaçados pelas políticas da UE, por uma política de paz e cooperação com todos os povos do Mundo. Esta intervenção traduziu-se por visitas, reuniões, seminários e perguntas à Comissão Europeia, sempre na defesa do interesse nacional e do povo português.

6.3 Próximas batalhas eleitorais

6.3.1 A luta de massas é o factor decisivo para a acção e a defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo português, e é determinante para a ruptura com a política de direita e a construção da política alternativa patriótica e de esquerda.

6.3.2 A acção institucional e as batalhas eleitorais assumem particular relevo enquanto importantes formas de luta e intervenção, possibilitando a realização de grandes campanhas de massas e, conseqüentemente, a ampliação da influência social, política e eleitoral do Partido.

6.3.3 Desta forma, desde a última Assembleia de Organização, o Partido foi chamado a três batalhas eleitorais: as eleições para a Assembleia da República de 4 Outubro de 2015; as eleições presidenciais de 24 Janeiro de 2016; e as eleições autárquicas de 1 Outubro de 2017. Em todas elas a Organização Regional de Lisboa, a partir de uma planificação e programação própria integrada na campanha nacional definida para cada uma das eleições, deu um valoroso contributo para o resultado nacional obtido em cada uma destas batalhas eleitorais.

6.3.4 As próximas batalhas eleitorais constituem, no actual quadro político, importantes

momentos para um reforço das posições do PCP e da CDU e, em simultâneo, uma clara oportunidade para a afirmação da política patriótica e de esquerda.

6.3.5 As eleições para o Parlamento Europeu estão marcadas para dia 26 de Maio de 2019. Num contexto de aprofundamento da integração capitalista europeia, as mesmas revestem-se de grande importância para afirmar a denúncia, o esclarecimento e o combate à política de abdicação da soberania e independência nacionais.

6.3.6 As eleições para a Assembleia da República, também previstas para o ano de 2019, constituem também elas uma oportunidade para que a crescente simpatia, reconhecimento e confiança se traduzam no reforço da votação da CDU e do número de deputados do PCP, criando condições mais favoráveis à construção da política alternativa patriótica e de esquerda e de um governo que a concretize.

Aos comunistas do distrito de Lisboa exige-se o reforço da organização do Partido em todas as suas vertentes, condição indispensável para a continuação da luta por objectivos imediatos, numa acção permanente, quotidiana, em defesa dos trabalhadores e do povo, em que a luta de massas é o centro da sua intervenção, em conjugação com a acção eleitoral e institucional.

Essa luta insere-se numa luta mais geral de ruptura com a política de direita, por uma mudança que abra caminho à construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

O PCP é essa força de ruptura, de construção de um Portugal com futuro, por uma democracia avançada, inspirada nos valores de Abril, parte constitutiva da luta pelo socialismo e pelo comunismo.



16 DE FEVEREIRO
2019
FÓRUM LISBOA

IX AORL Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP Partido Comunista Português

Organização Regional de Lisboa do PCP

Avenida Liberdade 170, 1256-146 Lisboa

www.dorl.pcp.pt • (+351) 213 307 000 • dorlpcp@dorl.pcp.pt